

RELATÓRIO ANUAL

LA

2025



PREFEITURA DE
SÃO PAULO

FICHA TÉCNICA

Prefeito Municipal

Ricardo Nunes

Controlador Geral do Município

Daniel Falcão

Chefe de Gabinete

Marcos Augusto Carboni

Ouvidora Geral do Município

Maria Lumena Balaben Sampaio

Divisão de Transparência Passiva

Liliane Aparecida Carrillo da Silva

Luan Vinicius de Souza

Henrique Ribeiro de Almeida (estagiário)

Divisão de Relatórios e Estatísticas

Bianca Marli Siqueira de Freitas

Marcio Henrique Ramires dos Santos

Thaina Batalha Mench

Sheila de Fátima Batista Malta

Divisão de Transparência Ativa e Dados Abertos

Bianca Lisboa Jacom

Douglas Oliveira de Andrade

Tassia Vieira Sales

Hemilly Nicole Medeiros dos Santos

Graziele Ribeiro de Oliveira

Coordenadoria de Promoção da Integridade

Beatriz Chaves Dias

Mariana Peixoto Alves

Coordenadoria de Defesa do Usuário do Serviço Público Municipal

Sofia Bertolini Martinelli

Glauca Bellei Neix

Edição e Organização

Gabriela da Silva Camargo

Pedro Rezende Merheb

Chefe de Assessoria de Comunicação

Wagner Luiz Taques da Rocha

Diagramação

Thiago Henrique Pereira



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
**CONTROLADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO**

RELATÓRIO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO / 2025

Relatório Anual de Monitoramento e Implementação da Lei Federal nº 12.527/2011 no âmbito da Prefeitura Municipal de São Paulo - Exercício 2025

APRESENTAÇÃO

A transparência se tornou, nas últimas décadas, um dos principais pilares da democracia brasileira, pois garante à sociedade o direito de acompanhar, fiscalizar e compreender as ações do poder público. A Constituição Federal de 1988 reconheceu o acesso à informação como um direito fundamental e determinou que a Administração Pública atue com base nos princípios da legalidade, moralidade, eficiência e publicidade.

O princípio da publicidade garante que os cidadãos tenham acesso aos atos e decisões do poder público, fortalecendo a cidadania, o controle social e a confiança nas instituições públicas. Dessa forma, a transparência aproxima a população da administração pública e contribui para uma gestão mais responsável e participativa.

A criação da Lei de Acesso à Informação – LAI (Lei Federal nº 12.527/2011) representou um importante avanço para a construção de uma administração pública mais aberta, transparente e comprometida com o interesse coletivo. No Município de São Paulo, a LAI foi regulamentada pelo Decreto Municipal nº 53.623/2012, reafirmando o compromisso da Prefeitura com a garantia do direito de acesso à informação.

A transparência pública ocorre de duas formas, complementares entre si. A primeira é a transparência ativa, quando o poder público divulga espontaneamente informações de interesse coletivo em portais e canais oficiais. A segunda é a transparência passiva, que garante ao cidadão o direito de solicitar informações produzidas ou mantidas pela administração municipal, por meio do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), seja presencialmente, por correspondência física ou pelo Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão (e-SIC).

A Controladoria Geral do Município de São Paulo (CGM) é o órgão responsável pelo sistema de controle interno da Prefeitura e atua na promoção da integridade, da ética, da proteção de dados pessoais e da transparência pública. Também é responsável por fortalecer ações de prevenção e combate à corrupção, fiscalizando a aplicação dos recursos públicos e a prestação dos serviços municipais. Para isso, a CGM conta com a atuação de suas áreas técnicas: Ouvidoria Geral do Município, Auditoria Geral do Município, Coordenadoria de Integridade e Boas Práticas, Coordenadoria de Defesa do Usuário de Serviços Públicos, Coordenadoria de Proteção de Dados Pessoais e Corregedoria Geral do Município.

Entre as principais atribuições da CGM está o fortalecimento das políticas de transparência no Município de São Paulo. Esse trabalho é realizado por meio da capacitação contínua de agentes públicos, do acompanhamento da aplicação da Lei de Acesso à Informação e da divulgação de boas práticas voltadas à melhoria da gestão pública e ao fortalecimento da cultura de acesso à informação.

Portanto, este relatório apresentará os principais resultados, avanços e desafios relacionados à transparência pública e à aplicação da Lei de Acesso à Informação no Município de São Paulo durante o ano de 2025. Mais do que um instrumento de prestação de contas, o documento reforça o compromisso da Administração Municipal com a transparência, a participação e o fortalecimento do controle social, reconhecendo a importância dos cidadãos no acompanhamento das ações desempenhadas pelo poder público.

ÍNDICE

1. TRANSPARÊNCIA PASSIVA	11
1.1 Contexto da LAI no Brasil em 2025:	11
2. ESTATÍSTICAS GERAIS DO E-SIC	13
a. Histórico e análise do total de pedidos registrados no e-SIC:	17
b. Crescimento e Tendências:	18
c. Comparação da evolução mensal ano a ano (2024-2025):	19
d. Pedidos por Órgão/Entidade municipal em 2025:	21
e. Pedidos por Órgão/Entidade a cada mês de 2025:	
2.6 Encaminhamentos em 2025:	29
2.7. Recursos de Ofício:	30
2.8. Canal de Entrada dos Pedidos:	32
3. ACESSOS AO SISTEMA E-SIC	33
3.1. Métricas de Acesso	33
3.2. Padrões de Acesso e Comportamento dos Usuários	33
3.3. Comportamento de Navegação	37
3.4. Eficiência do Sistema	37
3.5. Estrutura de Navegação	37
4. Avaliação do usuário: Pesquisa de Satisfação	39
5. CLASSIFICAÇÃO TEMÁTICA DOS PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO	42
5.1 Tema e Subtemas mais solicitados em 2025	42
6. CLASSIFICAÇÃO: NATUREZA E COMPLEXIDADE	47
7. PERFIL DE USUÁRIOS DO E-SIC	49
7.1 Personalidade física ou jurídica	49
7.2 Localização geográfica de solicitantes	50
7.3 Sexo	50
7.4 Escolaridade	51
7.5 Ocupação Profissional	52
8. INFORMAÇÕES CLASSIFICADAS E DESCLASSIFICADAS	55
9. TRANSPARÊNCIA ATIVA	57
9.1 Portais Institucionais:	57
9.1.1 Portal da Transparência:	58
9.1.2 Portal de Dados Abertos:	58

9.2	Fortalecimento Normativo e Diretrizes Institucionais	60
9.3	Capacitações para Pontos Focais - Transparência Ativa.....	60
10.	ATIVIDADES ENVOLVENDO PÚBLICO EXTERNO E INTERNO	62
10.1	Cursos.....	62
10.2	Programa Agentes de Governo Aberto – 8ªedição (ciclo 2025).....	63
10.3	Estudantes em Ação – 3ªedição (2025).....	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHM - Autarquia Hospitalar Municipal
ADE SAMPA - Agência São Paulo de Desenvolvimento
CET - Companhia de Engenharia de Tráfego
CGM - Controladoria Geral do Município
CGU - Controladoria-Geral da União
CMAI - Comissão Municipal de Acesso à Informação
COHAB - Companhia Metropolitana de Habitação
CODUSP - Coordenadoria de Defesa do Usuário do Serviço Público
COPI - Coordenadoria de Promoção da Integridade
COVID-19 - Coronavírus 2019
DTP - Divisão de Transparência Passiva
EMASP - Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo
e-SIC - Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão
FPETC - Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura
FTMSP - Fundação Theatro Municipal de São Paulo
HSPM - Hospital do Servidor Público Municipal
IPREM - Instituto de Previdência Municipal de São Paulo
LAI - Lei de Acesso à Informação
LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados
OGM - Ouvidoria Geral do Município
OGP - Open Government Partnership
OMS - Organização Mundial da Saúde
ONU - Organização das Nações Unidas
PGM - Procuradoria Geral do Município
PMSP - Prefeitura do Município de São Paulo
PRODAM - Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo
R.O. - Recurso de Ofício
REDE INFO ABERTA - Rede de Agentes Públicos pelo Acesso à Informação e Governo Aberto
Rede LAI - Rede Nacional de Transparência e Acesso à Informação
SECOM - Secretaria Especial de Comunicação
SEGES - Secretaria Municipal de Gestão
SEHAB - Secretaria Municipal de Habitação
SEME - Secretaria Municipal de Esportes e Lazer
SEPLAN - Secretaria Municipal de Planejamento e Eficiência
SERI - Secretaria Executiva de Relações Institucionais
SF - Secretaria Municipal da Fazenda
SFMSP - Serviço Funerário do Município de São Paulo
SGM - Secretaria do Governo Municipal
SIC - Serviço de Informação ao Cidadão
SIURB - Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras
SMADS - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
SMC - Secretaria Municipal de Cultura
SMDET - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho
SMDHC - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
SME - Secretaria Municipal de Educação
SMIT - Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia

SMJ - Secretaria Municipal de Justiça
SMPED - Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência
SMRI - Secretaria Municipal de Relações Internacionais
SMS - Secretaria Municipal da Saúde
SMSU - Secretaria Municipal de Segurança Urbana
SMSUB - Secretaria Municipal das Subprefeituras
SMT - Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito
SMTUR - Secretaria Municipal de Turismo
SMUL - Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento
SP CINE - Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo
SP NEGÓCIOS - São Paulo Negócios
SP OBRAS - São Paulo Obras
SP PARCERIAS - São Paulo Parcerias S/A
SP REGULA - Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo
SP URBANISMO - São Paulo Urbanismo
SPDA - Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos
SPSEC - Companhia Paulista de Securitização
SPTrans - São Paulo Transportes S/A
SPTURIS - São Paulo Turismo S/A
SUB - Subprefeitura
SVMA - Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente
VCGE - Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico

INTRODUÇÃO

O presente relatório apresenta os principais resultados, indicadores e ações relacionadas à implementação da Lei de Acesso à Informação no Município de São Paulo durante o ano de 2025.

Os dados de 2025 demonstram que houve retomada moderada do volume de pedidos registrados no e-SIC, com aumento de 4,9% em relação ao exercício anterior, passando de 7.323 para 7.685 solicitações. Esse crescimento indica a manutenção da confiança da população nos canais institucionais de acesso à informação e reforça a relevância do e-SIC como instrumento de participação cidadã e controle social.

Também se destacam avanços significativos no fluxo recursal. Em comparação com 2024, observou-se aumento expressivo nas decisões deferidas em 2ª e 3ª instâncias, especialmente na Comissão Municipal de Acesso à Informação (CMAI), onde os deferimentos/perdas de objetos cresceram 363% em relação ao ano anterior. Esse resultado evidencia maior efetividade dos mecanismos de revisão administrativa e demonstra o fortalecimento da análise técnica dos pedidos de acesso à informação.

Além dos indicadores quantitativos, o exercício de 2025 foi marcado pelo fortalecimento institucional das ações de transparência, pela ampliação das iniciativas de capacitação e orientação aos pontos focais do e-SIC e pela atuação do Município de São Paulo em espaços nacionais de articulação sobre acesso à informação, como a Rede Nacional de Transparência e Acesso à Informação (Rede LAI), coordenada pela Controladoria-Geral da União (CGU).

Portanto, em cumprimento ao art. 30 da LAI e ao art. 53 do Decreto Municipal, este relatório reafirma o compromisso da Prefeitura de São Paulo com a promoção da transparência pública, da participação cidadã e do fortalecimento da democracia, reconhecendo o acesso à informação como elemento essencial para o exercício da cidadania e para o aprimoramento contínuo da gestão pública, demonstrando as principais ações, dados estatísticos e iniciativas de promoção da transparência desenvolvidas entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2025.

RELATÓRIO ANUAL

LAI

2025

1

TRANSPARÊNCIA
PASSIVA

1. TRANSPARÊNCIA PASSIVA

A transparência pública deixou de ser apenas um princípio normativo para se consolidar como um eixo estruturante da governança contemporânea. Quando o cidadão tem acesso às informações do governo, fortalece-se o controle social, a confiança nas instituições e a qualidade das políticas públicas.

No Brasil, a [Lei de Acesso à Informação](#) (LAI) consolidou esse direito ao estabelecer que a publicidade é a regra e o sigilo, a exceção. Regulamentando o direito constitucional previsto no artigo 5º, inciso XXXIII, o acesso à informação passou a ser garantido por dois caminhos: a transparência ativa, quando o poder público divulga informações por iniciativa própria, e a transparência passiva, quando responde às solicitações feitas pelos cidadãos.

A transparência passiva é operacionalizada por meio do [Serviço de Informação ao Cidadão](#) (SIC), que permite que qualquer pessoa solicite informações públicas, sem necessidade de justificativa. Esse mecanismo não apenas garante o acesso à informação, mas também contribui para identificar demandas recorrentes da sociedade e oportunidades de melhoria na gestão pública.

No Município de São Paulo, a aplicação da LAI é regulamentada pelo [Decreto Municipal nº 53.623/2012](#), que define fluxos, prazos e responsabilidades. Todos os pedidos são registrados no [e-SIC](#) (Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão), sistema que centraliza o registro, acompanhamento e resposta das solicitações, garantindo controle de prazos e rastreabilidade.

Nesse contexto, a [Divisão de Transparência Passiva](#) (DTP), vinculada à [Ouvidoria Geral do Município](#), atua na coordenação e no monitoramento da política de acesso à informação. Sua atuação envolve orientar os órgãos, acompanhar o cumprimento dos prazos, analisar recursos e promover a melhoria contínua da qualidade das respostas.

Além disso, a DTP vem fortalecendo sua atuação com base em dados, por meio da elaboração de boletins, análise de indicadores e desenvolvimento de materiais orientativos para os pontos focais do e-SIC, que compõem a [Rede InfoAberta](#). Essas iniciativas contribuem para maior padronização, redução de inconsistências e aprimoramento da transparência no Município.

1.1 Contexto da LAI no Brasil em 2025:

A participação do Município de São Paulo na [Rede Nacional de Transparência e Acesso à Informação \(Rede LAI\)](#), coordenada pela Controladoria Geral da União (CGU), foi marcada, em 2025, pela atuação da Controladoria Geral do Município (CGM), por meio da Ouvidoria Geral do

Município (OGM), na coordenação da Ação 02, intitulada “Conheça a Administração Pública, Pergunte!”.

A ação teve como objetivo o fomento à cultura de transparência, com a disseminação de conceitos, procedimentos e entendimentos relacionados ao direito de acesso à informação. Para isso, foi estruturado um programa informativo e formativo sobre a Lei de Acesso à Informação, com atividades distribuídas ao longo de período definido, utilizando diferentes canais de comunicação e materiais de apoio.

A iniciativa está alinhada à diretriz de que a efetividade da LAI depende de ações contínuas de orientação e capacitação. Nesse sentido, o programa buscou ampliar o alcance das informações e qualificar o entendimento sobre os fluxos e procedimentos relacionados ao acesso à informação.

A coordenação da Ação 02 pelo Município de São Paulo reforça seu papel ativo na construção e disseminação de boas práticas em nível nacional, contribuindo para o fortalecimento da cultura de transparência, a qualificação da atuação dos órgãos públicos e a consolidação do acesso à informação como direito fundamental de cidadania.

RELATÓRIO ANUAL

LAI

2025

2

ESTATÍSTICAS GERAIS
DO E-SIC

2. ESTATÍSTICAS GERAIS DO E-SIC

Mensalmente, os dados relativos aos pedidos de acesso à informação e aos recursos interpostos pelos cidadãos são consolidados pela Administração Municipal e disponibilizados na página de [Relatórios de Transparência Passiva](#). Essa divulgação permite o acompanhamento sistemático dos volumes, prazos e resultados do atendimento, contribuindo para maior transparência sobre a execução da política de acesso à informação.

Em 2025, foram registrados 7.685 pedidos de acesso à informação, o que representa um aumento de 4,9% em relação a 2024 (7.323 pedidos). Esse resultado indica ampliação no uso do e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão) como canal de acesso à informação.

Também foi observado aumento no volume de recursos interpostos nas 1ª, 2ª e 3ª instâncias, evidenciando maior utilização dos mecanismos de revisão previstos na LAI e maior acompanhamento das solicitações por parte dos cidadãos. A análise das decisões indica aumento no número de deferimentos, especialmente nas 2ª e 3ª instâncias. Esse comportamento evidencia o papel das instâncias recursais na realização de análise técnica mais aprofundada dos pedidos, contribuindo para a adequada aplicação da LAI e para a ampliação do acesso à informação.

De forma geral, os dados de 2025 indicam aumento na utilização do sistema e dos processos recursais. Esse cenário evidencia a necessidade de monitoramento contínuo desses fluxos, com foco na qualificação das respostas e no aprimoramento da execução da política de acesso à informação no Município.

Tabela 1: Pedidos registrados e Fluxo recursal no ano de 2025*

ETAPA	DETALHAMENTO	2024	2025	VARIAÇÃO (%)
PEDIDOS INICIAIS	Pedidos registrados	7323	7685	4,9
	Decisões iniciais	6982	6902	-1,1
	↳ Atendidos	5383	5379	-0,1
	↳ Indeferidos	1599	1523	-4,8
RECURSOS - 1ª INSTÂNCIA	Solicitações	943	944	0,1
	Decisões	721	633	-12,2
	↳ Deferidos	480	409	-14,8
	↳ Indeferidos	241	224	-7,1
RECURSOS - 2ª INSTÂNCIA	Solicitações	665	855	28,6
	Recurso de Ofício (RO)	459	690	50,3
	Decisões	668	782	17,1
	↳ Deferidos	302	465	54,0
	↳ Indeferidos	366	317	-13,4
RECURSOS - 3ª INSTÂNCIA	Solicitações	126	222	76,2
	Decisões	113	220	94,7
	↳ Deferidos	27	125	363,0
	↳ Indeferidos	86	95	10,5

* Inclui todos os pedidos registrados no sistema e-SIC, independentemente do canal de entrada, durante o ano analisado. É importante destacar que, devido ao prazo de atendimento (20 dias, prorrogáveis por mais 10 dias, mediante justificativa) e a dinâmica dos encaminhamentos internos via sistema, alguns protocolos não são atendidos ou analisados em seu ano de registro.

** Tanto os pedidos indeferidos quanto os deferidos podem ser objeto de recurso à instância superior. Estes, quando o solicitante acredita que a resposta oferecida não corresponde ao que foi demandado.

Imagem 1: Fluxo do registro e instâncias recursais



Imagem 2: Fluxo de tratamento e prazos recursais

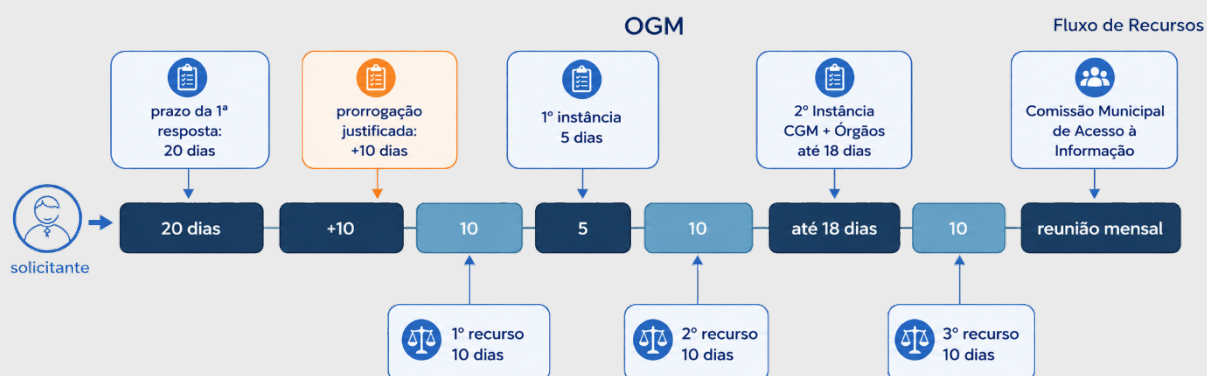


Tabela 2: Motivos de indeferimento por instância em 2025

Motivo de Indeferimento	1ª instância indeferida	2ª instância indeferida	3ª instância indeferida	Pedido indeferido	Total
Ausência de elementos fundamentais (Art. 15, Decreto 53.623/2012)	10	13	3	127	153
Decisões de CMAI encerram as instâncias administrativas (Art. 53º, IV, Decreto 53.623/2012)	6	51		7	64
Demanda de trabalho adicional (inciso III do Art. 16 do Decreto 53.623/2012)	51	74	25	107	257
Fora de competência da PMSP (art. 8º do Decreto 53.623/2012)	1	3		108	112
Fora do escopo do e-SIC (art. 5º, Decreto 53.623/2012)	35	25	22	911	993
Informação disponibilizada nas páginas oficiais da PMSP (Arts. 16 e 20 do Decreto 53.623/2012)	6	123	8	50	187
Informação sigilosa (Arts. 9º e 35, Decreto 53.623/2012)	1	2	1	22	26
Outros	115	26	36	191	368
Total Geral	225	317	95	1523	2160

a. Histórico e análise do total de pedidos registrados no e-SIC:

O SIC no Município de São Paulo foi implementado em 2012, com o primeiro pedido registrado em 23 de agosto daquele ano. Desde então, observa-se a consolidação do e-SIC como principal canal para registro e acompanhamento das solicitações de acesso à informação.

Ao longo do período, verificou-se crescimento consistente no número de pedidos, especialmente nos primeiros anos de implementação, seguido, mais recentemente, por um movimento de estabilização e leve redução. Esse comportamento pode estar associado a diferentes fatores, como o avanço das iniciativas de transparência ativa e a maior maturidade dos canais institucionais de acesso à informação.

A análise histórica do uso do e-SIC permite não apenas acompanhar a evolução da demanda, mas também identificar padrões de comportamento dos usuários e oportunidades de aprimoramento da transparência ativa e da organização das informações públicas.

Tabela 3: Detalhamento dos protocolos recebidos por ano

Ano	Primeiro protocolo do ano	Último protocolo do ano	Total de pedidos	Média mensal
2012	1	295	295	73,8
2013	296	3870	2521	210,1
2014	3871	10257	2404	200,3
2015	10258	14474	4217	351,4
2016	14475	19686	5212	434,3
2017	19687	27546	7860	655
2018	27547	35649	8103	675,3
2019	35650	44427	8778	731,5
2020	44428	54281	9853	821,08
2021	54282	62543	8262	688,5
2022	62544	70607	8064	672
2023	70608	78601	7994	666
2024	78602	85924	7323	610
2025	85925	93609	7685	640

b. Crescimento e Tendências:

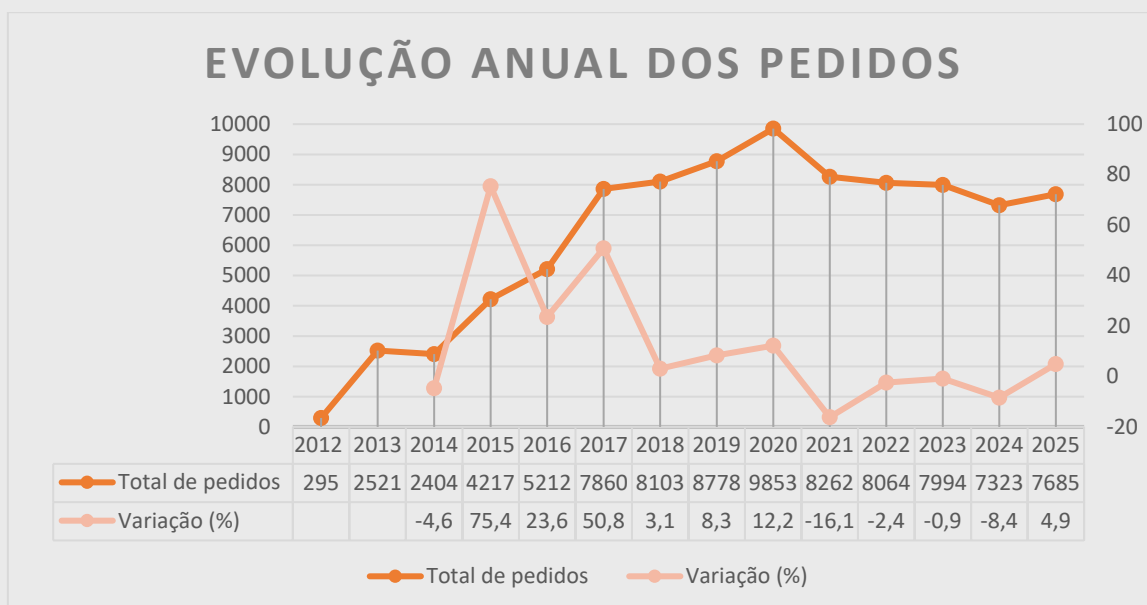
A série histórica evidencia momentos distintos no comportamento da demanda por acesso à informação.

Nos primeiros anos após a implementação do sistema, especialmente em 2013, observa-se crescimento expressivo no número de solicitações, refletindo a consolidação do e-SIC como canal institucional. Novos aumentos relevantes também são identificados em 2015, 2017 e 2020, indicando períodos de maior demanda por informação pública.

O ano de 2020 registra o maior volume da série, com 9.853 pedidos. Esse resultado está associado ao contexto da pandemia de COVID-19, declarada pela [Organização Mundial da Saúde](#), e à decretação de situação de emergência no Município de São Paulo por meio do [Decreto Municipal nº 59.283/2020](#). Nesse cenário de crise sanitária, caracterizado por incertezas e alta demanda por informações públicas, a CGM reforçou, junto aos órgãos e entidades municipais, a necessidade de garantir a continuidade e a qualidade do atendimento aos cidadãos, mesmo diante das limitações operacionais do período.

A partir de 2021, observa-se uma tendência de redução gradual no volume de pedidos, com posterior estabilização e leve retomada em 2025. O comportamento da série histórica evidencia que o volume de pedidos está diretamente relacionado a contextos sociais e institucionais, reforçando o papel da transparência pública como instrumento essencial, especialmente em momentos de maior incerteza e necessidade de informação por parte da sociedade.

Gráfico 1: Evolução anual dos pedidos



O gráfico apresenta a evolução do total de pedidos de acesso à informação registrados no e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão) desde sua implementação, em 2012, bem como a variação percentual anual ao longo do período.

Observa-se um ciclo de crescimento consistente nos primeiros anos de consolidação do sistema, com aumento progressivo do volume de pedidos até atingir seu ponto mais elevado em 2020. Esse comportamento reflete a ampliação do uso do canal e o aumento da demanda por informações públicas ao longo do tempo.

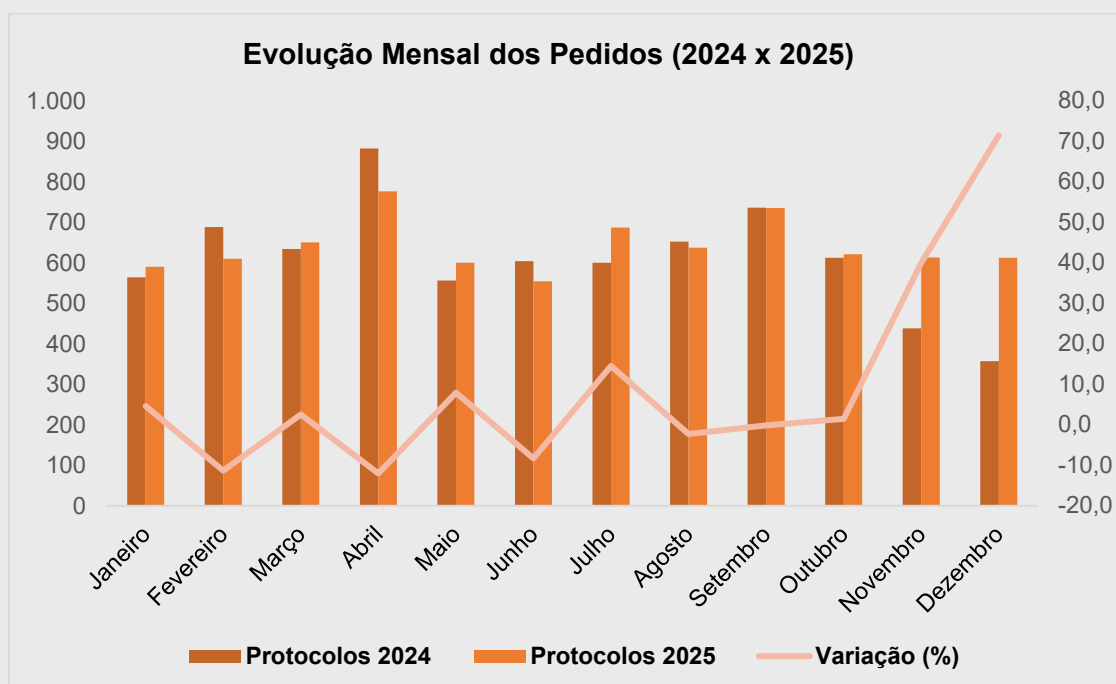
A partir de 2021, identifica-se uma mudança de tendência, com variações percentuais predominantemente negativas até 2024, indicando redução gradual no número de solicitações após o período atípico da pandemia.

Em 2023, o total de pedidos apresentou leve queda de 0,9% em relação ao ano anterior, passando de 8.064 para 7.994 registros. Em 2024, essa redução foi mais acentuada, com 7.323 pedidos, representando uma diminuição de 8,4%. Em 2025, observa-se um aumento, com o registro de 7.685 pedidos, correspondente a um aumento de 4,9% em relação a 2024. Esse resultado indica uma retomada moderada da demanda, após um período de retração.

c. Comparação da evolução mensal ano a ano (2024-2025):

O gráfico 2 e a Tabela 4 apresentam a distribuição mensal dos registros de protocolos de acesso à informação nos anos de 2024 e 2025. As maiores concentrações de protocolos em ambos os anos ocorreram em abril, com 882 registros em 2024 e 776 em 2025, evidenciando abril como o mês de maior demanda.

Gráfico 2: Evolução mensal dos pedidos – comparação entre 2024 e 2025



Em relação à distribuição mensal dos pedidos, observa-se um padrão geral de estabilidade, com variações pontuais ao longo do período analisado.

Destaca-se o mês de setembro, que apresentou volumes praticamente idênticos nos dois anos (736 protocolos em 2024 e 735 em 2025), configurando-se como o período de menor variação. Por outro lado, meses como abril concentram os maiores volumes de solicitações, indicando possível influência de fatores sazonais no comportamento da demanda.


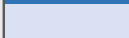
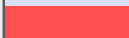
Variações mais expressivas entre os anos foram observadas em meses como fevereiro, julho e, principalmente, novembro e dezembro de 2025, quando há aumento relevante no volume de pedidos em comparação com o ano anterior. Esse comportamento não se reflete, na mesma proporção, nos dados de acesso ao e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão), como número de visitantes únicos e páginas visualizadas.

A análise detalhada desses períodos indica a ocorrência de pedidos com conteúdo semelhante em volume elevado, sugerindo a atuação de um mesmo solicitante ou grupo. Esse fenômeno evidencia que demandas concentradas podem impactar significativamente os indicadores mensais, mesmo em um universo amplo como o do Município de São Paulo.

Por fim, a média mensal de protocolos foi de aproximadamente 640 pedidos em 2025, um aumento de 4,69% se comparado ao ano anterior, reforçando a estabilidade geral do volume de solicitações, ainda que com oscilações pontuais ao longo do ano.

Tabela 4: Evolução mensal dos pedidos – comparação entre 2024 e 2025

Meses	Protocolos 2024	Protocolos 2025	Variação (%)
Janeiro	564	590	4,6
Fevereiro	688	610	-11,3
Março	634	650	2,5
Abril	882	776	-12,0
Maio	556	600	7,9
Junho	604	554	-8,3
Julho	600	687	14,5
Agosto	652	637	-2,3
Setembro	736	735	-0,1
Outubro	612	621	1,5
Novembro	438	613	40,0
Dezembro	357	612	71,4
Total	7.323	7.685	4,9

Legenda da Intensidade dos Protocolos	
	(Azul escuro) = Valores Mais Baixos (próximos ao mínimo do conjunto de dados)
	(Azul claro ou branco) = Valores Intermediários (próximos à mediana)
	(Vermelho) = Valores Mais Altos (próximos ao máximo do conjunto de dados)

d. Pedidos por Órgão/Entidade municipal em 2025:

Ao registrar um pedido de informação, o requerente indica para qual órgão/entidade direcionará o pedido. Caso não seja esse o órgão demandado, é solicitado um encaminhamento para o órgão correto, que detém ou guarda a informação. Em seguida, o encaminhamento é analisado pela DTP, que pode corrigir o destinatário da demanda de acordo com as competências de cada órgão da Prefeitura.

Embora ocupando posições diferentes, os cinco órgãos/entidades mais demandados na Prefeitura de São Paulo via Lei de Acesso à Informação desde 2020 são: Secretaria Municipal da Saúde (SMS), Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), Secretaria Municipal da Educação (SME), Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL), São Paulo Transporte S/A (SPTrans) e Secretaria da Fazenda (SF).

Tabela 5: Pedidos por Órgão/Entidade Municipal em 2025

Órgãos	Total de Pedidos por Órgãos em 2025	% do Total de Pedidos em 2025
SMS - Secretaria Municipal da Saúde	879	11,44%
CET - Companhia de Engenharia de Tráfego	699	9,10%
SME - Secretaria Municipal de Educação	478	6,22%
SMUL - Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento	416	5,41%
SPTTrans - São Paulo Transporte S/A	407	5,30%
SF - Secretaria Municipal da Fazenda	339	4,41%
SMSUB - Secretaria Municipal das Subprefeituras	310	4,03%
SMC - Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa	310	4,03%
SMSU - Secretaria Municipal de Segurança Urbana	229	2,98%
SVMA - Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	221	2,88%
SIURB - Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras	214	2,78%
SEHAB - Secretaria Municipal de Habitação	193	2,51%
SEGES - Secretaria Municipal de Gestão	186	2,42%
COHAB - Companhia Metropolitana de Habitação	168	2,19%
SMADS - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	157	2,04%
SMDET - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho	155	2,02%
SMT - Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Transporte	142	1,85%
SMDHC - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania	126	1,64%
SEME - Secretaria Municipal de Esportes e Lazer	123	1,60%
SGM - Secretaria de Governo Municipal	119	1,55%
PGM - Procuradoria Geral do Município	107	1,39%
SP Regula - Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo	103	1,34%
SMIT - Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia	80	1,04%
CGM - Controladoria Geral do Município	80	1,04%
Subprefeitura São Mateus	75	0,98%
Subprefeitura Sé	74	0,96%
Casa Civil	63	0,82%

Subprefeitura Pinheiros	61	0,79%
SP OBRAS - São Paulo Obras	58	0,75%
Subprefeitura Mooca	56	0,73%
SMTUR - Secretaria Municipal de Turismo	54	0,70%

Órgãos Continuação	Total de Pedidos por Órgãos em 2025	% do Total de Pedidos em 2025
Subprefeitura Vila Mariana	50	0,65%
Subprefeitura Butantã	49	0,64%
Subprefeitura Lapa	38	0,49%
SEPLAN - Secretaria Municipal de Planejamento e Eficiência	37	0,48%
Subprefeitura Vila Prudente	36	0,47%
IPREM - Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	36	0,47%
Subprefeitura Itaquera	35	0,46%
SECOM - Secretaria Especial de Comunicação	33	0,43%
Subprefeitura Santo Amaro	31	0,40%
Subprefeitura Freguesia / Brasilândia	31	0,40%
Subprefeitura Pirituba/Jaraguá	29	0,38%
Subprefeitura Santana/Tucuruvi	27	0,35%
Subprefeitura Penha	27	0,35%
SP URBANISMO - São Paulo Urbanismo	26	0,34%
Subprefeitura São Miguel Paulista	24	0,31%
Subprefeitura Cidade Ademar	23	0,30%
SPTURIS - São Paulo Turismo S/A	23	0,30%
Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha	22	0,29%
Subprefeitura Parelheiros	22	0,29%
SP CINE - Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo	22	0,29%
HSPM - Hospital do Servidor Público Municipal	22	0,29%
Subprefeitura Ipiranga	21	0,27%
Subprefeitura M' Boi Mirim	21	0,27%

PRODAM - Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Munic.SP	20	0,26%
Subprefeitura Aricanduva/Formosa/Carrão	20	0,26%
Subprefeitura Itaim Paulista	19	0,25%
Subprefeitura Capela do Socorro	18	0,23%
Subprefeitura Sapopemba	18	0,23%
Subprefeitura Campo Limpo	18	0,23%
Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme	18	0,23%
Subprefeitura Jabaquara	18	0,23%
SPDA - Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos	18	0,23%
FTMSP - Fundação Theatro Municipal de São Paulo	16	0,21%
Subprefeitura Perus	15	0,20%
SMPED - Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência	15	0,20%
Subprefeitura Jaçanã/Tremembé	14	0,18%
Subprefeitura Cidade Tiradentes	14	0,18%
SMRI - Secretaria Municipal de Relações Internacionais	13	0,17%
Subprefeitura Guaianases	13	0,17%
Subprefeitura Ermelino Matarazzo	9	0,12%
SP NEGÓCIOS - São Paulo Negócios	9	0,12%
SP PARCERIAS - São Paulo Parcerias S/A	9	0,12%
ADE SAMPA - Agência São Paulo de Desenvolvimento	8	0,10%
FPETC - Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura	7	0,09%
SMJ - Secretaria Municipal de Justiça	6	0,08%
SERI - Secretaria Executiva de Relações Institucionais	3	0,04%
Total	7685	100,00%

A distribuição dos pedidos de acesso à informação por órgão em 2025 evidencia concentração relevante em áreas diretamente relacionadas à prestação de serviços públicos e ao cotidiano do cidadão.

A Secretaria Municipal da Saúde permanece como o órgão individual mais demandado, totalizando 879 pedidos em 2025 (11,44% do total), indicando a permanência do tema saúde como eixo central de interesse da população. Na sequência, destacam-se órgãos ligados à mobilidade urbana e serviços essenciais, como a CET (9,10%), a Secretaria Municipal de Educação (6,22%), a

Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (5,41%) e a SPTrans (5,30%), reforçando a predominância de temas relacionados à vida urbana e ao funcionamento da cidade.

As Subprefeituras também apresentam papel relevante na dinâmica dos pedidos. Quando analisadas de forma agregada, juntamente com a Secretaria Municipal das Subprefeituras, essas unidades somam 16,35% do total de solicitações em 2025. Esse volume expressivo reflete a natureza das demandas relacionadas a serviços urbanos, zeladoria, obras e questões territoriais. Esse resultado posiciona o conjunto das Subprefeituras como um dos principais eixos de demanda via Lei de Acesso à Informação, superando inclusive órgãos individualmente mais demandados, como a Secretaria Municipal da Saúde.

De forma geral, a distribuição dos pedidos indica que a LAI vem sendo utilizada, em grande medida, para acessar informações relacionadas à prestação de serviços públicos e à gestão urbana, o que pode sinalizar tanto a relevância desses temas para a população quanto possíveis lacunas na transparência ativa ou nos canais adequados de atendimento ao cidadão.

Tabela 6: Pedidos para Subprefeituras e SMSUB em 2025

ÓRGÃOS	Total de Pedidos em 2025	% do Total de Pedidos em 2025
SMSUB - Secretaria Municipal das Subprefeituras	310	4,03%
Sub São Mateus	75	0,98%
Sub Sé	74	0,96%
Sub Pinheiros	61	0,79%
Sub Mooca	56	0,73%
Sub Vila Mariana	50	0,65%
Suba Butantã	49	0,64%
Sub Lapa	38	0,49%
Sub Vila Prudente	36	0,47%
Sub Itaquera	35	0,46%
Sub Santo Amaro	31	0,40%
Sub Freguesia / Brasilândia	31	0,40%
Sub Pirituba/Jaraguá	29	0,38%
SubSantana/Tucuruvi	27	0,35%
Sub Penha	27	0,35%
SubSão Miguel Paulista	24	0,31%

Sub Cidade Ademar	23	0,30%
Sub Casa Verde/Cachoeirinha	22	0,29%
Sub Parelheiros	22	0,29%
Sub Ipiranga	21	0,27%
Sub M' Boi Mirim	21	0,27%
Sub Aricanduva/Formosa/Carrão	20	0,26%
Sub Itaim Paulista	19	0,25%
Sub Capela do Socorro	18	0,23%
Sub Sapopemba	18	0,23%
Sub Campo Limpo	18	0,23%
Sub Vila Maria/Vila Guilherme	18	0,23%
Sub Jabaquara	18	0,23%
Subprefeitura Perus	15	0,20%
Sub Jaçanã/Tremembé	14	0,18%
Sub Cidade Tiradentes	14	0,18%
Sub Guaianases	13	0,17%
Sub Ermelino Matarazzo	9	0,12%

e. Pedidos por Órgão/Entidade a cada mês de 2025:

A evolução mensal da quantidade de pedidos à informação para cada órgão e entidade da Administração Municipal está indicada na Tabela 6, organizada em ordem alfabética. Ela reflete a sazonalidade dos temas demandados ou algum assunto crítico que pode ter ocorrido pontualmente.

Tabela 7: Pedidos por Órgão/Entidade a cada mês de 2025

ÓRGÃOS	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total em 2025
SMS	55	66	130	142	53	48	67	72	90	70	45	41	879
CET	68	69	56	51	53	45	75	61	58	48	65	50	699
SME	39	47	41	37	27	29	42	53	43	47	45	28	478
SMUL	25	12	23	36	33	23	32	33	108	29	29	33	416
SPTrans	30	25	28	38	27	33	43	41	38	28	40	36	407
SF	37	22	12	29	24	27	38	28	33	21	35	33	339

SMSUB Secretaria Municipal das Subprefeituras	-	28	20	22	27	28	50	34	20	21	24	15	21	310
SMC		14	36	23	24	24	14	21	16	30	37	23	48	310
SMSU		15	27	18	32	17	22	24	10	21	14	15	14	229
SVMA		22	9	14	17	19	7	27	37	23	9	25	12	221
SIURB		14	21	11	17	23	13	9	12	19	23	30	22	214
SEHAB		19	13	13	11	23	15	15	12	24	18	17	13	193
SEGES		10	13	14	13	24	14	16	20	25	16	13	8	186
COHAB		22	13	12	8	15	15	14	11	13	19	19	7	168
SMADS		9	7	19	13	19	21	17	11	6	12	16	7	157
SMDET		21	17	13	11	10	14	23	6	10	5	15	10	155
SMT		11	13	23	24	11	8	9	15	7	4	12	5	142
SMDHC		9	5	12	21	10	8	11	10	11	4	19	6	126
SEME		6	1	17	18	15	4	11	11	10	15	13	2	123
SGM		9	11	12	20	14	9	14	3	6	6	4	11	119

Órgãos Continuação	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total em 2025
PGM	11	7	5	8	12	5	5	16	8	10	7	13	107
SP Regula	15	5	8	14	8	10	15	2	4	6	5	11	103
SMIT	4	12	3	6	2	8	6	5	13	7	9	5	80
CGM	7	6	2	4	6	8	8	8	10	3	11	7	80
Sub São Mateus	2	3	7	10	5		6	9	18	9	1	5	75
Sub Sé	2	7	5	14	6	2	12	5	5	9	1	6	74
Casa Civil	10	5	11	6	4	3	5	5	5	2	2	5	63
Sub Pinheiros	5	10	4	5	4	6	6	6	6	3	1	5	61
SP OBRAS	6	5	11	3	1	2	2	7	13	5	1	2	58
Sub Mooca	2	2	6	2	5	5	6	6	4	7	4	7	56
SMTUR	8		1		2	3	1	2	1	1	3	32	54
Sub Vila Mariana	2	4	6	5	2	3	2	5	5	3	5	8	50
Suba Butantã	5	7	3	3	5	8	4	2	3	5	3	1	49

Sub Lapa	3	3		2	1	2	7	10	2	4	2	2	38
SEPLAN	2						7	8	11	2	3	4	37
Sub Vila Prudente	6	3	1	8	1	5	1		3	4	1	3	36
IPREM	2	5	2	4	3	2	4	2	1	5	3	3	36
Sub Itaquera	1	2	6	4	3	3	1		1	4	8	2	35
SECOM	3	2	4	3	2	1			2	8	6	2	33
Sub Santo Amaro	3	7		4	1	2	3	3	3	1	2	2	31
Sub Freguesia / Brasilândia	2	2	2	2	2	4	4	4	2	1	2	4	31
Sub Pirituba/Jaraguá	3	2	1	9	2	6	1	3		1		1	29
Sub Santana/Tucuruvi		2	3	5	2	4	3	2	1	4		1	27
Sub Penha	4	3		3	3	1	4	2	1	2	1	3	27
SP URBANISMO	2	1	5	1	4	1	4	1	2	2		3	26
Sub São Miguel Paulista	1	4		3	3	2	1	2	3	4		1	24
Sub Cidade Ademar	1	2	3	2	2	5	1	1	2	1	2	1	23
SPTURIS	2	1	3		5	1	2	1	1	2	2	3	23

ÓRGÃOS	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total em 2025
Sub Casa Verde/Cachoeirinha		2	1	4	2	1	3	2		2	4	1	22
Sub Parelheiros	1	2	5	5	3		1				2	3	22
SP CINE			1	1	3	2		2	1	6	1	5	22
HSPM		3	1	3	2		5	1		4	1	2	22
Sub Ipiranga	2	2		3	1		3	1	4	2		3	21
Sub M' Boi Mirim		3	1	2	4	4	2		1	1	1	2	21
PRODAM			2	4	4		2	1		2	3	2	20
Sub Aricanduva/Formosa/Carrão	3	2		2	1	2	3		1	1	1	4	20
Sub Itaim Paulista	2	5		2	1		2	2	1		1	3	19

Sub Capela do Socorro	3	2	3	2	1	1		1	1	1	3	18	
Sub Sapopemba	3	2	1	2	1	4	1			2	2	18	
Sub Campo Limpo	2	1	4	2	1				1	4	1	2	18
Sub Vila Maria/Vila Guilherme	1	4		5	1		1	1	2		1	2	18
Sub Jabaquara	2	3	1	2	1		3	1	2	1		2	18
SPDA		3		4	2	1	2	1	1	2		2	18
FTMSP	1	1						2		5	7		16
Subprefeitura Perus	1	2	1	2	2			3	1	1		2	15
SMPED	1	1	1	2	4			2		3		1	15
Sub Jaçanã/Tremembé		4		1	1	2				1	2	3	14
Sub Cidade Tiradentes	2	2	1	5	1		1	1				1	14
SMRI		3			2	2	2	1	1		1	1	13
Sub Guaianases	1	3	2	4	1		1					1	13
Sub Ermelino Matarazzo		2		2	1		1	1		1		1	9
SP NEGÓCIOS							4	2		1		2	9
SP PARCERIAS		1	1			1	2	2		1	1		9
ADE SAMPA							1	3		1	2	1	8
FPETC	1		1			1		1		1	1	1	7
SMJ					1		1			2		2	6
SERI					1			1				1	3
Total Geral	603	612	642	778	607	542	704	631	742	609	611	604	7685

2.6 Encaminhamentos em 2025:

O Sistema Eletrônico de Informação (e-SIC) da Prefeitura de São Paulo permite que os órgãos e entidades encaminhem, via sistema, pedidos de acesso à informação que consideram não ser de sua competência para o órgão ou entidade considerado competente, conforme o art. 12, §3º, inciso III do Decreto Municipal 53.623/2012.

Essa funcionalidade permite que o protocolo registrado seja reaproveitado, quando a informação solicitada é de competência da municipalidade.

Após a solicitação de encaminhamento, o pedido fica com o status “congelado” até que a Controladoria Geral do Município confirme a alteração de competência e defira o encaminhamento com base nas atribuições legais ou indicação de que seria o ente mais apto a fornecer a resposta. Caso o novo

órgão de destino negue a competência, a CGM pode indeferir o encaminhamento e entrar em contato com o órgão que será responsável pelo atendimento da solicitação.

Quando o encaminhamento é deferido, o pedido de acesso à informação passa a ter um novo órgão ou entidade responsável pela tramitação, com prazo contabilizado a partir da data do deferimento.

Em 2025, houve 1.449 solicitações de encaminhamento, representado um aumento de 17% em comparação com o total registrado em 2024 (1.191). A taxa de deferimento totalizou 81% em 2025.

Tabela 8: Pedidos encaminhados em 2025

Encaminhamentos	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total Geral em 2025	% do Total de decisões em 2025
Encaminhamento Deferido	55	85	96	122	96	90	129	101	169	66	69	98	1176	81,16%
Encaminhamento Indeferido	8	10	16	19	17	16	13	26	103	13	20	12	273	18,84%
Total Geral	63	95	112	141	113	106	142	127	272	79	89	110	1449	100,00%

2.7. Recursos de Ofício:

No SIC municipal, os Recursos de Ofício (R.O.) correspondem ao encaminhamento automático de pedidos à 2ª Instância nos casos em que não há manifestação do órgão ou entidade responsável dentro dos prazos legais, independentemente da interposição de recurso pelo requerente.

Essa situação ocorre quando não há resposta ao pedido inicial no prazo de até 20 dias, ou 30 dias quando formalizada a prorrogação; ou quando não há análise do recurso de 1ª Instância pela autoridade competente dentro do prazo legal. Nesses casos, o sistema promove automaticamente o envio do pedido à 2ª Instância, garantindo a continuidade da tramitação e a apreciação da demanda.

Em 2025, foram registrados 690 Recursos de Ofício, conforme detalhado na tabela a seguir, que apresenta a distribuição por órgão/entidade e o percentual em relação ao total de pedidos recebidos. Esse volume representa 81% dos pedidos analisados em 2ª Instância (855 no total), evidenciando que a maior parte das demandas decorre do não cumprimento dos prazos legais na fase inicial ou recursal pelos órgãos/entidades. Por outro lado, apenas 19% (165 pedidos) tiveram origem na interposição de recurso pelos solicitantes.

Esse cenário demonstra que a 2ª Instância tem sido acionada, majoritariamente, como um mecanismo de salvaguarda do sistema, assegurando a continuidade da tramitação e a apreciação dos pedidos, mesmo na ausência de manifestação pelos órgãos competentes dentro dos prazos iniciais estabelecidos. Trata-se, portanto, de um recurso institucional voltado a garantir que nenhuma solicitação permaneça sem resposta, preservando a efetividade da LAI no âmbito municipal.

Tabela 9: Recursos de Ofício por órgão/entidade com percentual relativo ao total de pedidos registrados

Órgãos	Total de R.O. em 2025	Total de Pedidos Registrados em 2025	% R.O. (comparado ao total registrado para o órgão) em 2025
SMS - Secretaria Municipal da Saúde	378	879	43,00%
SP Regula - Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo	61	103	59,22%
SVMA - Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	45	221	20,36%
COHAB - Companhia Metropolitana de Habitação	39	168	23,21%
SME - Secretaria Municipal de Educação	24	478	5,02%
SMSU - Secretaria Municipal de Segurança Urbana	19	229	8,30%
SMIT - Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia	13	80	16,25%
SEHAB - Secretaria Municipal de Habitação	12	193	6,22%
Subprefeitura Santo Amaro	8	31	25,81%
SMTUR - Secretaria Municipal de Turismo	7	54	12,96%
SPTURIS - São Paulo Turismo S/A	7	23	30,43%
Subprefeitura Mooca	7	56	12,50%
Subprefeitura São Mateus	7	75	9,33%
SP NEGÓCIOS - São Paulo Negócios	6	9	66,67%
Subprefeitura Itaquera	6	35	17,14%
Subprefeitura Pinheiros	6	61	9,84%
SMC - Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa	5	310	1,61%
SMDET - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho	4	155	2,58%
SP CINE - Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo	4	22	18,18%
SMUL - Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento	3	416	0,72%
Subprefeitura Sé	3	74	4,05%
Subprefeitura Vila Mariana	3	50	6,00%
FPETC - Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura	2	7	28,57%
SIURB - Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras	2	214	0,93%
SPTrans - São Paulo Transporte S/A	2	407	0,49%
Subprefeitura Capela do Socorro	2	18	11,11%
Subprefeitura Itaim Paulista	2	19	10,53%
Subprefeitura Sapopemba	2	18	11,11%
Casa Civil	1	63	1,59%
CGM - Controladoria Geral do Município	1	80	1,25%
HSPM - Hospital do Servidor Público Municipal	1	22	4,55%
SEPLAN - Secretaria Municipal de Planejamento e Eficiência	1	37	2,70%
SMADS - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	1	157	0,64%
Subprefeitura Cidade Tiradentes	1	14	7,14%
Subprefeitura Ermelino Matarazzo	1	9	11,11%
Subprefeitura Jaçanã/Tremembé	1	14	7,14%
Subprefeitura Lapa	1	38	2,63%
Subprefeitura Parelheiros	1	22	4,55%
Subprefeitura Vila Prudente	1	36	2,78%
Total Geral	690		

2.8. Canal de Entrada dos Pedidos:

No município de São Paulo, os pedidos de acesso à informação podem ser registrados por meio de três canais, conforme disposto no art. 14, §1º, do Decreto Municipal 53.623/2012:

- Sistema eletrônico – Portal e-SIC;
- Presencialmente, nas unidades de atendimento do SIC;
- Correspondência física endereçada aos órgãos da Prefeitura ou à Controladoria Geral do Município.

Observa-se a consolidação da preferência pelo meio eletrônico como principal canal de acesso. A tabela a seguir apresenta a distribuição dos pedidos registrados em 2025, segundo o canal de entrada.

Destaca-se que, no período analisado, apenas 8 pedidos foram registrados por canais alternativos ao e-SIC como primeira forma de acesso, evidenciando a centralidade do sistema eletrônico como principal instrumento de interface entre o cidadão e a Administração Pública no âmbito da Lei de Acesso à Informação.

Tabela 10: Canal de entrada dos pedidos

Canal de Entrada	Total de Pedidos em 2025	% do Total de Pedidos em 2025
Internet	7677	99,90%
Carta	5	0,07%
Balcão	3	0,04%
Total	7685	100,00%

RELATÓRIO ANUAL

LAI

2025

3

ACESSOS AO
SISTEMA E-SIC

3. ACESSOS AO SISTEMA E-SIC

O e-SIC, lançado em agosto de 2012 e gerenciado pela Prodam, constitui o repositório centralizado dos pedidos de acesso à informação direcionados à Prefeitura de São Paulo. O sistema permite ao cidadão, mediante cadastro prévio, registrar solicitações, acompanhar sua tramitação e interpor recursos em até três instâncias, com controle automático de prazos e possibilidade de redirecionamento entre órgãos municipais.

Adicionalmente, o sistema possibilita aos órgãos e entidades anexar documentos complementares nos casos em que as informações extrapolem a capacidade operacional da plataforma, como grandes bases de dados ou arquivos com formatos e extensões específicas.

3.1. Métricas de Acesso

Em 2025, o e-SIC registrou 71.084 visitas, realizadas por 49.487 visitantes únicos, totalizando 598.466 páginas visualizadas. Os dados indicam estabilidade no uso da plataforma ao longo do período, com leve variação em relação ao ano anterior.

3.2. Padrões de Acesso e Comportamento dos Usuários

A análise mensal dos acessos evidencia comportamentos distintos entre volume de usuários e intensidade de utilização do sistema.

Os maiores volumes de visitantes únicos concentram-se no início do ano, com destaque para janeiro (4.799) e fevereiro (4.538), seguidos por setembro (4.286).

Por outro lado, ao se observar o número de visitas, que indica recorrência de acesso, destacam-se os meses de setembro (6.450), maio (6.294) e fevereiro (6.216).

Em relação à navegação, medida pelo número de páginas visualizadas, o mês de maio apresenta o maior volume (109.954), seguido por junho (75.558), indicando períodos de maior interação e exploração do sistema pelos usuários.

De forma geral, observa-se redução gradual nos indicadores de acesso no último trimestre do ano, sugerindo comportamento sazonal de menor utilização da plataforma.

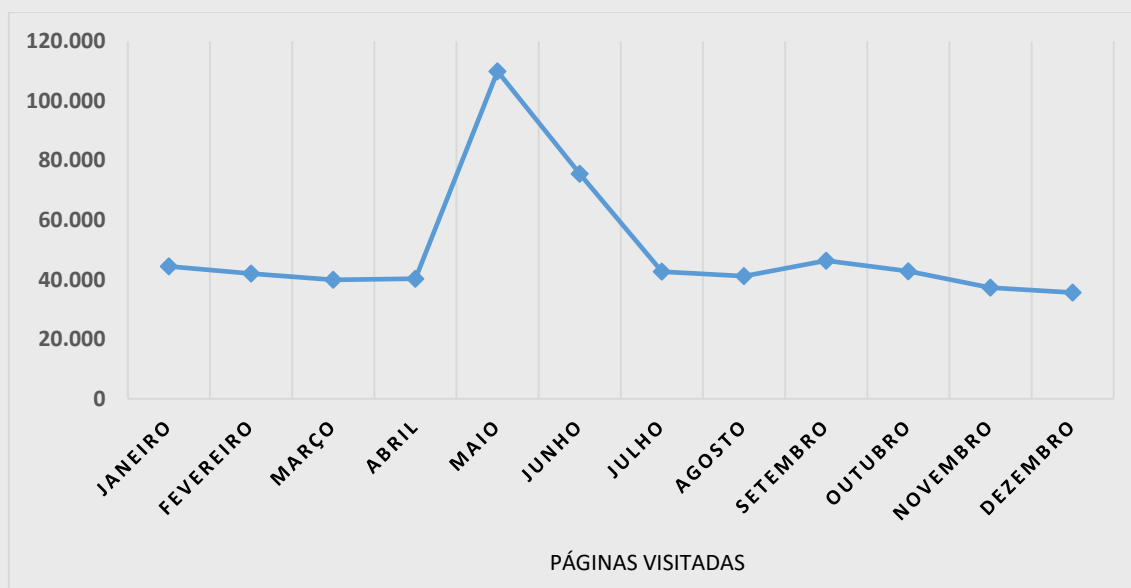
Gráfico 3. Visitas ao sistema e-SIC em 2025: total e visitantes únicos, mês a mês



Tabela 11. Visitas ao sistema e-SIC em 2025: total e visitantes únicos mês a mês

Mês	Visitantes Únicos	Nº de Visitas	Páginas Visitadas
janeiro	4.799	6.183	44.484
fevereiro	4.538	6.216	42.065
março	4.165	6.002	39.972
abril	3.857	5.834	40.320
maio	4.103	6.294	109.954
junho	3.758	5.628	75.558
julho	4.194	6.070	42.704
agosto	4.109	5.985	41.188
setembro	4.286	6.450	46.374
outubro	4.188	6.100	42.842
novembro	3.834	5.268	37.332
dezembro	3.656	5.054	35.673

Gráfico 4: Número de páginas visitadas no sistema e-SIC por mês, em 2025



Os Gráficos 3 e 4 evidenciam um padrão de sazonalidade no uso do sistema e-SIC, caracterizado por redução da atividade no segundo semestre em relação ao primeiro. No período analisado, observa-se:

- redução de 4% no número de visitantes únicos;
- queda de 3% no total de visitas;
- diminuição de 30% no volume de páginas visitadas.

Esse comportamento indica não apenas uma leve redução no volume de acessos, mas também uma queda mais acentuada na intensidade de navegação dos usuários, evidenciada pela diminuição proporcionalmente maior no número de páginas visitadas.

Em relação ao engajamento, considerando a média de páginas por visita, os dados de 2025 indicam menor variabilidade ao longo do ano, com exceção de picos pontuais. Observa-se:

- média anual de 8,42 páginas por visita;
- maiores níveis de engajamento registrados em maio (17,48) e junho (13,43 páginas por visita);
- menores níveis observados no primeiro trimestre, especialmente em março (6,66) e fevereiro (6,76 páginas por visita).

De modo geral, a maior parte dos meses apresenta comportamento relativamente estável, com médias próximas a 7 páginas por visita, indicando um padrão consistente de navegação.

Diferentemente do observado em 2024, não se verifica, em 2025, uma queda expressiva e contínua no engajamento ao longo do segundo semestre. O comportamento dos usuários mostra-se mais homogêneo, com picos concentrados em períodos específicos, especialmente entre maio e junho,

sugerindo momentos de maior aprofundamento na utilização do sistema, possivelmente associados a demandas específicas ou ciclos sazonais de interesse.

Gráfico 5: Tempo médio de visualização de páginas no sistema e-SIC em 2025

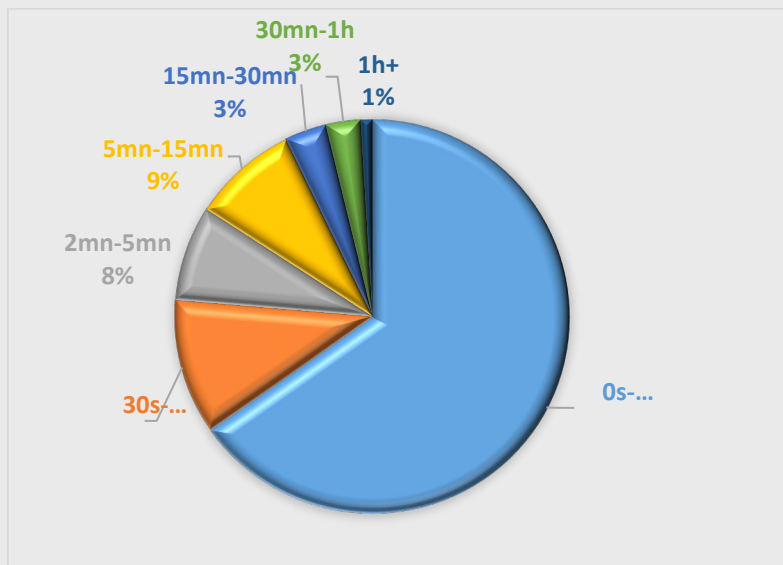


Tabela 11: Tempo de visualização das páginas em 2025 mês a mês

Duração da visita												
Tempo	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
0s-30s	65,40%	64,90%	64,70%	62,70%	66,50%	66%	64,20%	64,90%	62,60%	65,80%	66%	67,30%
30s-2mn	11,20%	11,10%	10,60%	11,40%	10,80%	11%	10,80%	10,90%	12,20%	11,20%	10,60%	10,20%
2mn-5mn	8%	8,10%	8,20%	8,10%	7,20%	7,90%	8,40%	7,90%	8,30%	7,50%	7,40%	6,70%
5mn-15mn	8,10%	8,30%	8,60%	9,90%	8,60%	7,90%	9,40%	8,70%	8,80%	8,10%	8,90%	8%
15mn-30mn	3,50%	3,60%	3,70%	3,70%	3,20%	3,20%	3,40%	3,10%	3,80%	3,50%	3,30%	3,30%
30mn-1h	2,60%	2,60%	3%	3%	2,60%	2,90%	2,60%	3,20%	2,80%	2,90%	2,60%	2,90%
1h+	1%	1%	0,90%	0,90%	0,70%	0,80%	0,90%	0,80%	1,10%	0,70%	0,90%	1,30%

O tempo de permanência nas páginas do sistema e-SIC constitui um indicador relevante da fluidez de navegação e da eficiência na realização das ações pelos usuários.

3.3. Comportamento de Navegação

Os dados de 2025 indicam que a maior parte das sessões no sistema é de curta duração. Cerca de 65% das visitas duram, em média, até 30 segundos, enquanto aproximadamente 76% das sessões são concluídas em até 2 minutos.

Esse padrão sugere que uma parcela significativa dos usuários acessa o sistema com objetivos específicos e consegue concluir suas ações de forma rápida. Por outro lado, cerca de 17% das sessões apresentam duração superior a 5 minutos, indicando casos de navegação mais aprofundada, como consultas detalhadas ou acompanhamento de solicitações.

3.4. Eficiência do Sistema

A predominância de sessões curtas está alinhada à estrutura funcional do e-SIC, que permite a execução das principais ações com poucos passos. O tempo médio necessário para registrar um pedido de acesso à informação, após o login, é inferior a 30 segundos, o que reforça a usabilidade da plataforma.

Nesse contexto, a baixa duração das sessões não deve ser interpretada como abandono, mas como evidência de eficiência operacional e objetividade na navegação.

3.5. Estrutura de Navegação

A realização das principais funcionalidades do sistema demanda um número reduzido de interações, conforme observado:

- Registro de pedido de informação: mínimo de 5 páginas (incluindo aceite do termo);
- Consulta de resposta: mínimo de 4 páginas;
- Registro de recurso: mínimo de 6 páginas.

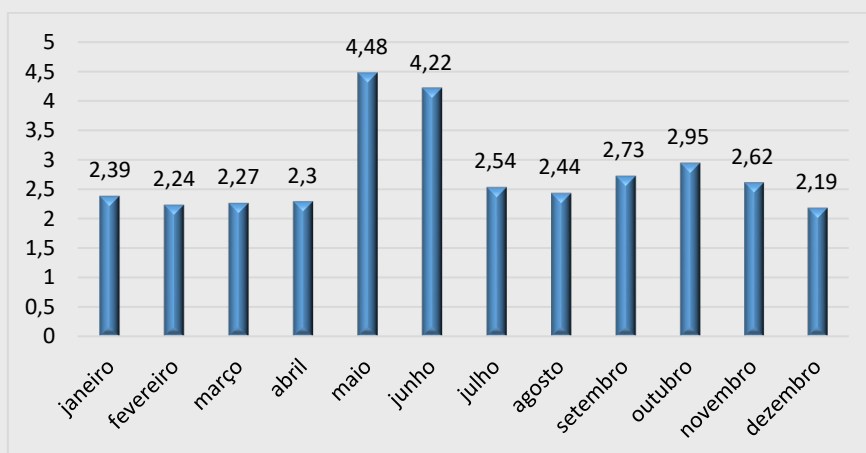
Essa estrutura contribui para a agilidade no uso do sistema, favorecendo a conclusão rápida das demandas pelos usuários.

Tabela 13: Volume de downloads (em Gb) mês a mês no ano de 2025

Mês	Volume de Downloads (em gb)
janeiro	2.39 GB
fevereiro	2.24 GB
março	2.27 GB
abril	2.30 GB
maio	4.48 GB
junho	4.22 GB

julho	2.54 GB
agosto	2.44 GB
setembro	2.73 GB
outubro	2.95 GB
novembro	2.62 GB
dezembro	2.19 GB
Total	33.37 GB

Gráfico 6: Volume de downloads (em Gb) mês a mês no ano de 2025



O gráfico acima apresenta a variação mensal do volume de dados baixados do e-SIC (documentos complementares anexados às respostas) ao longo de 2025.

Observa-se um comportamento não linear, com picos expressivos nos meses de maio (4.48) e junho (4.22), seguidos de redução no período de julho e agosto. No segundo semestre, verifica-se retomada gradual dos volumes entre setembro e novembro, com novo recuo em dezembro.

Esse padrão indica que o volume de downloads não segue uma tendência contínua de queda, mas sim oscilações ao longo do ano, possivelmente associadas a períodos de maior complexidade das demandas ou à disponibilização de conjuntos documentais mais robustos em momentos específicos.

Em relação ao ano anterior, o total de downloads alcançou 33,37 GB em 2025, representando uma diminuição de 25% em comparação a 2024 (44,46 GB).

Esse resultado pode estar associado a mudanças na forma de disponibilização das informações, com possível ampliação do uso de dados abertos e links externos, reduzindo a necessidade de anexação de arquivos diretamente no sistema e-SIC.

RELATÓRIO ANUAL

LAI

2025

4

AVALIAÇÃO DO USUÁRIO:
PESQUISA DE SATISFAÇÃO

4. Avaliação do usuário: Pesquisa de Satisfação

Em consonância com os princípios da participação, transparência, proteção e defesa do usuário dos serviços públicos, conforme estabelecido na Lei Federal 13.460/2017 e no Decreto Municipal 58.426/2018, a DTP lançou a Pesquisa de Satisfação do Usuário do Serviço de Informação ao Cidadão em janeiro de 2023.

Com os objetivos de compreender a prestação do serviço a partir da experiência do usuário, compor a avaliação do SIC e buscar informações para propor melhorias, após a finalização de cada pedido, o sistema envia automaticamente um e-mail ao requerente contendo um link para a pesquisa organizada em dois eixos:

- Satisfação com o atendimento do pedido
- Satisfação com o Portal e-SIC

A pesquisa de satisfação é uma manifestação direta de participação social e reflete a transparência da administração pública, permitindo que o cidadão avalie a efetividade da resposta aos seus pedidos. A comparação dos dados gerados pela Pesquisa com o Indicador de Transparência Passiva (ITP), que mede o cumprimento dos prazos legais e a quantidade de pedidos registrados mensal e anualmente, permite verificar a fidedignidade das informações colhidas, direcionando com precisão as ações para compreender a satisfação dos cidadãos com as informações acessadas via LAI e para buscar o aperfeiçoamento contínuo do sistema.

Em 2025, 7.685 pedidos foram registrados e 7.170 foram finalizados. Entre estes, 270 receberam avaliação dos requerentes, o que corresponde a 4% do total.

Gráfico 7: Pedidos finalizados e taxa de respostas à Pesquisa de satisfação em 2025

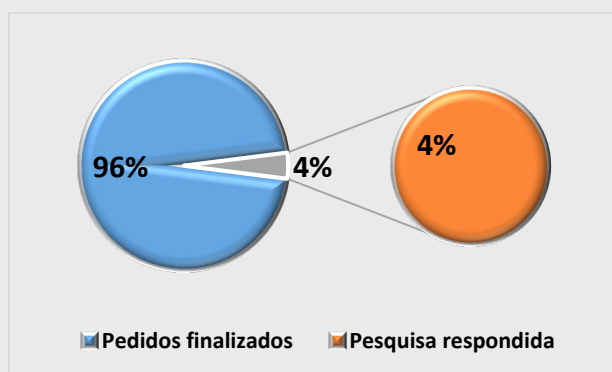
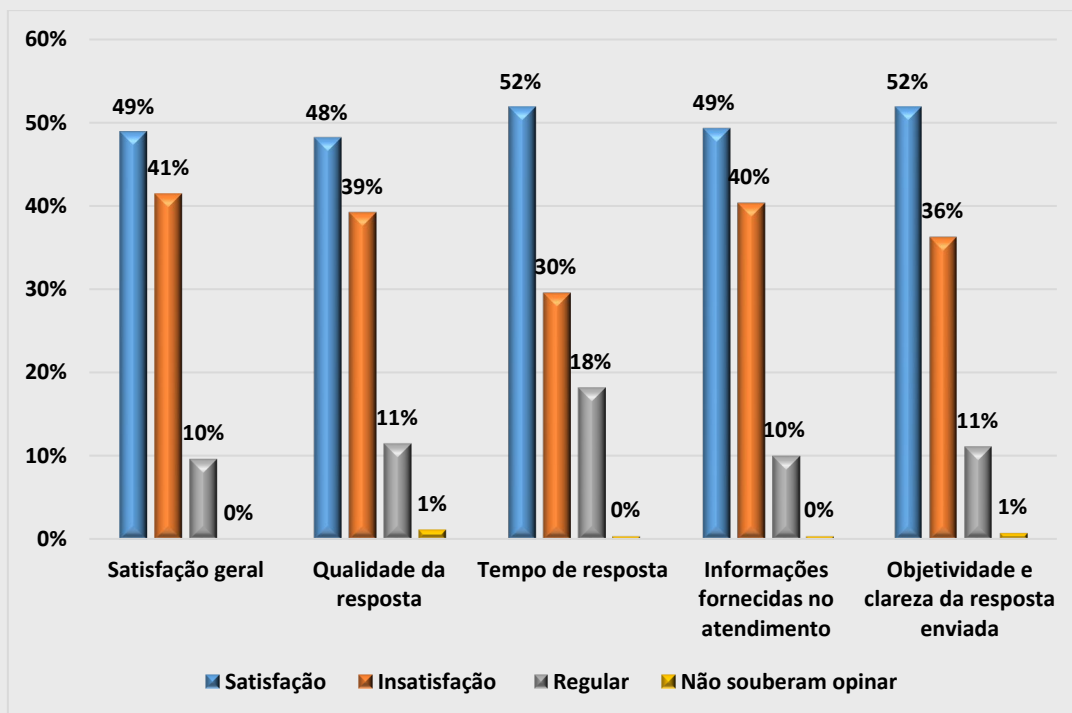


Gráfico 8: Pesquisa de Satisfação 2025 – Eixo 1. Satisfação com o atendimento do pedido



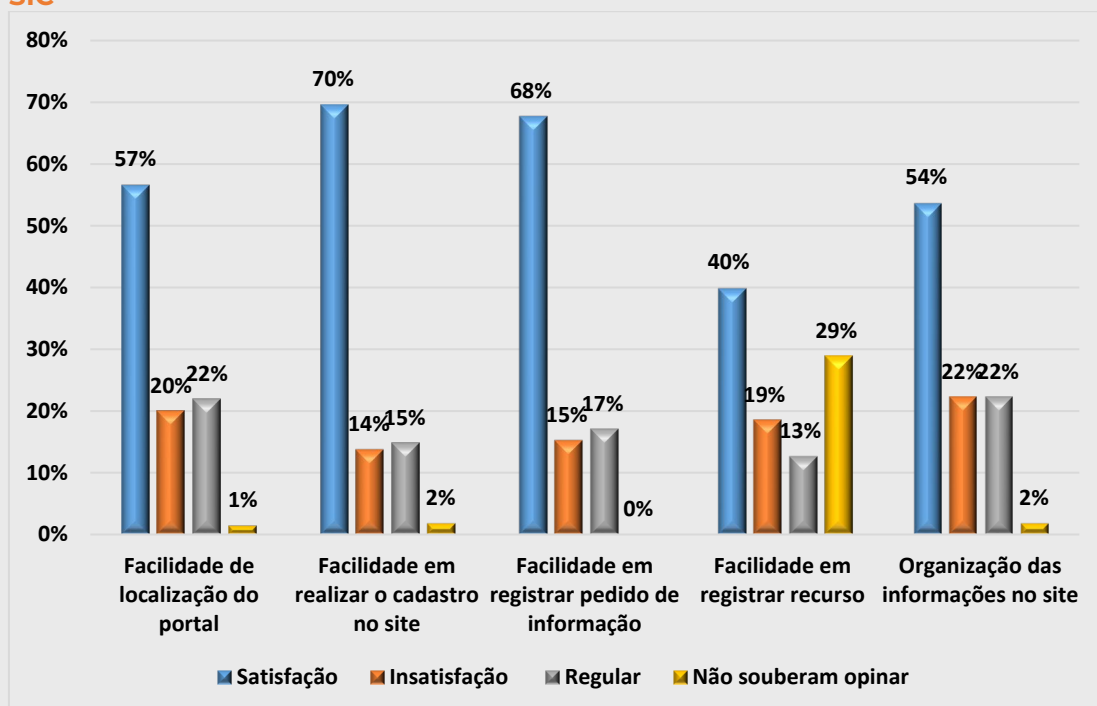
Os dados indicam predominância de avaliações positivas em todos os aspectos analisados da satisfação com o atendimento durante a prestação do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), com níveis de satisfação variando entre 48% e 52%.

Destaca-se o item “tempo de resposta”, que apresenta o maior índice de satisfação (52%), acompanhado, no entanto, do maior percentual de avaliações regulares (18%), indicando percepção mais heterogênea nesse aspecto.

Os indicadores de “satisfação geral”, “qualidade da resposta” e “informações fornecidas” mantêm padrão semelhante, com satisfação próxima a 49% e índices de insatisfação entre 39% e 41%, o que evidencia espaço para aprimoramento.

De forma geral, os resultados apontam equilíbrio entre satisfação e insatisfação, com leve predominância positiva, indicando necessidade de qualificação contínua das respostas, especialmente quanto à clareza, consistência e adequação das informações prestadas.

Gráfico 9: Pesquisa de Satisfação 2025 – Eixo 2. Satisfação com o Portal e-SIC



Os dados indicam predominância de avaliações positivas nos aspectos relacionados ao uso do portal do e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão), com destaque para “facilidade em realizar o cadastro” (70%) e “facilidade em registrar pedido de informação” (68%).

A “facilidade de localização do portal” e a “organização das informações” também apresentam avaliação majoritariamente positiva, com níveis de satisfação de 57% e 54%, respectivamente.

O item com menor desempenho é “facilidade em registrar recurso”, que apresenta 40% de satisfação, além do maior percentual de respostas “não souberam opinar” (29%), indicando menor uso ou dificuldade nesse processo.

De forma geral, os resultados indicam boa usabilidade nas etapas iniciais do sistema, com necessidade de aprimoramento na etapa recursal, especialmente quanto à clareza e acessibilidade do fluxo para o usuário.

RELATÓRIO ANUAL

LAI

2025

5

CLASSIFICAÇÃO TEMÁTICA
DOS PEDIDOS DE ACESSO
À INFORMAÇÃO

5. CLASSIFICAÇÃO TEMÁTICA DOS PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Buscando padronização e clareza, desde 2017, a Divisão de Transparência Passiva da Ouvidoria Geral do Município classifica tematicamente os pedidos de acesso à informação em três grupos:

- A) **Tema (VCGE)** – classificação com base no Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico;
- B) **Subtema** – classificação a partir de subtemas localizados com base na realidade da Prefeitura de São Paulo;
- C) **Natureza** – classificação de acordo com a natureza pública ou pessoal da solicitação.

O Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico, desenvolvido pelo Governo Federal, se destina a indexar informações (documentos, bases de dados, sites etc) para servir como interface de comunicação com o cidadão e como ferramenta de gestão.

Buscando coordenação entre esferas administrativas e padronização, a Prefeitura de São Paulo aplicou o Nível 1 do VCGE na classificação do conteúdo da informação solicitada, de modo a facilitar a comunicação e a gestão.

O processo de indexação do VCGE atinge os objetivos mais gerais da demanda, no nível “Tema”. O “Subtema”, desenvolvido no município, permite aproximar, em níveis administrativos, a demanda do requerente às atividades e competências do Governo Municipal.

A classificação temática completa, contendo o dicionário de variáveis, encontra-se disponível no [Portal de Dados Abertos](#).

5.1 Tema e Subtemas mais solicitados em 2025

Os temas mais solicitados em 2025 foram Administração (27,35%), Transportes (11,76%) e Urbanismo (11,15%).

Tabela 14. Temas mais demandados em 2025; total e percentual de pedidos

10 +Tema - VCGE	Total de Pedidos em 2025	% do Total de Pedidos em 2025
Administração	2102	27,35%
Transportes	904	11,76%
Urbanismo	857	11,15%
Saúde	613	7,98%
Economia e Finanças	611	7,95%
Fora de Escopo	543	7,07%
Habitação	287	3,73%
Planejamento e Gestão	278	3,62%
Proteção Social	270	3,51%
Educação	216	2,81%

Tabela 15: Temas e subtemas mais demandados em 2025; total e percentual de pedidos

Tema - VCGE	Subtema	Total de Pedidos em 2025	% do Total de Pedidos em 2025
Administração	Documentos	1234	16,06%
	Funcionalismo	555	7,22%
	Outros em Administração	241	3,14%
Transportes	Outros em Transportes	299	3,89%
	Ônibus Municipais	366	4,76%
Urbanismo	Serviços Urbanos	550	7,16%
Saúde	Equipamentos de Saúde	376	4,89%
Economia e Finanças	Administração Financeira	292	3,80%
Habitação	Habitação Social	169	2,20%
Fora do Escopo	Fora de Competência	139	1,81%

Tabela 16: 10 Subtemas mais demandados em 2025; total e percentual de pedidos; descrição

Subtema	Tema - VCGE	Total de Pedidos em 2025	% do Total de Pedidos em 2025	Descrição
Documentos	Administração	1234	16,06%	Pedidos que requerem cópias de documentos (atas, ofícios, processos etc.)
Funcionalismo	Administração	555	7,22%	Dados sobre o funcionalismo público, concursos e vagas existentes.
Serviços Urbanos	Urbanismo	550	7,16%	Informações sobre os serviços urbanos e obras prestados pelos órgãos da prefeitura: zeladoria, iluminação pública, podas de árvores, emissão de licenças, entre outros.
Equipamentos de Saúde	Saúde	376	4,89%	Informações sobre equipamentos públicos de Saúde: Postos de Saúde, Hospitais, Centros de Atenção Psicossocial, entre outros.
Ônibus Municipais	Transportes	366	4,76%	Informações sobre a rede de Ônibus Municipais (corredores, frota...) e tarifas de transportes municipais
Outros em Transportes	Transportes	299	3,89%	Outras informações relacionadas à transportes e trânsito, como zona azul, vagas de estacionamento, cartão do Idoso.
Administração Financeira	Economia e Finanças	292	3,80%	Informações sobre gastos, dotações orçamentárias, licitações e outras movimentações financeiras dos órgãos da administração pública municipal. Além disso informações sobre a aplicação de recursos públicos municipais.
Solicitação de Serviços	Fora do Escopo	282	3,67%	Pedidos que solicitam a realização de algum serviço
Outros em Administração	Administração	241	3,14%	Pedidos que solicitam informações sobre diversos temas relacionados à gestão pública.
Habitação Social	Habitação	169	2,20%	Pedidos solicitando informações sobre políticas públicas de habitação de interesse social.

Tabela 17. Comparação dos 10 Subtemas mais demandados em 2024 e 2025; total, variação absoluta, variação percentual

Tema - VCGE	Subtema	Total de Pedidos em 2024	Total de Pedidos em 2025	Variação Absoluta (24-25)	Variação Percentual %
Administração	Documentos	1098	1234	136	12,39%
	Funcionalismo	392	555	163	41,58%
Urbanismo	Serviços Urbanos	392	550	158	40,31%
	Equipamentos de Saúde	365	376	11	3,01%
Saúde	Ônibus Municipais	235	366	186	55,74%
	Outros em Transportes	120	299	179	149,17%
Economia e Finanças	Administração Financeira	235	292	57	24,26%
	Solicitação de Serviços	205	282	77	37,56%
Fora do Escopo	Outros em Administração	365	241	-124	-33,97%
	Habitação Social	208	169	-39	-18,75%
Fora do Escopo	Fora de Competência	363	139	-224	-61,71%

Tabela 18: Comparação de Temas e Subtemas 2024 e 2025

Tema - VCGE	Subtema	Total de Pedidos em 2024	Total de Pedidos em 2025	Variação Absoluta (24-25)	Variação Percentual %
Administração	Documentos	1098	1234	136	12,39%
	Funcionalismo	392	555	163	41,58%
Urbanismo	Serviços Urbanos	392	550	158	40,31%
	Equipamentos de Saúde	365	376	11	3,01%
Saúde	Ônibus Municipais	235	366	186	55,74%
	Outros em Transportes	120	299	179	149,17%
Economia e Finanças	Administração Financeira	235	292	57	24,26%
	Solicitação de Serviços	205	282	77	37,56%
Fora do Escopo	Outros em Administração	365	241	-124	-33,97%
	Habitação Social	208	169	-39	-18,75%
Fora do Escopo	Fora de Competência	363	139	-224	-61,71%

	Entrou no ranking de 2025
	Saiu do ranking de 2025

A tabela apresenta análise qualitativa dos pedidos de acesso à informação, permitindo identificar variações por tema e possíveis relações com ações de transparência ativa.

Observa-se aumento nos pedidos relacionados ao subtema “Funcionalismo” (+41,58%) em 2025, mesmo em contexto de ampliação contínua das informações disponibilizadas no Portal da Transparência. Esse resultado indica manutenção da demanda por dados funcionais, possivelmente associada a consultas recorrentes, demandas específicas ou maior interesse sobre o tema.

No grupo “Fora de Escopo”, identifica-se comportamento distinto entre os subtemas. Enquanto “Fora de Competência” apresenta redução expressiva (-61,71%), o subtema “Solicitação de Serviços” registra aumento de 37,56%. Considerando a orientação da Súmula CMAI nº 04/2021, que define o e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão) como canal inadequado para solicitações de serviços, a redução em “Fora de Competência” pode indicar maior assertividade no direcionamento das demandas. Por outro lado, o crescimento em “Solicitação de Serviços” evidencia persistência de uso inadequado do canal por parte dos cidadãos.

A análise conjunta das variações negativas em “Fora de Competência”, “Habitação Social” e “Administração – Outros” indica redistribuição interna da demanda entre os temas. Esse movimento ocorre em paralelo ao crescimento global de 4,9% no total de pedidos entre 2024 e 2025, sugerindo mudança no perfil das solicitações, mais do que aumento homogêneo do volume.

Destaca-se, ainda, o crescimento nas demandas relacionadas à infraestrutura urbana e mobilidade, com variações positivas em “Serviços Urbanos” (+40,31%), “Ônibus Municipais” (+55,74%) e “Outros em Transportes” (+149,17%). Esses resultados indicam aumento do interesse por temas vinculados à gestão urbana e à mobilidade, possivelmente influenciado por fatores conjunturais.

RELATÓRIO ANUAL

LAI

2025

6

CLASSIFICAÇÃO: NATUREZA
E COMPLEXIDADE

6. CLASSIFICAÇÃO: NATUREZA E COMPLEXIDADE

Com relação à natureza das solicitações, 95% dos pedidos demandaram dados públicos, enquanto 5% eram pedidos de natureza pessoal, ou seja, solicitaram acesso a informações com referência a uma pessoa (seja o próprio requerente ou terceiros), esse pedido é considerado de natureza pessoal. Na comparação com 2024, houve uma queda das demandas de natureza pessoal de -12,8%.

Tabela 19. Classificação quanto à natureza pública ou pessoal dos pedidos; total e percentual de pedidos

Natureza dos Pedidos	Total 2024	Total 2025	% do Total 2024	% do Total 2025	Varição 2024/2025 - %
Pública	6902	7318	94%	95,00%	6,20%
Pessoal	421	367	6%	5,00%	-12,80%
Total	7.323	7.685			

Em 2025, 86% dos pedidos registrados foram classificados como comuns, ou seja, solicitações que não exigem análise aprofundada ou consolidação complexa de dados. Esse grupo apresentou aumento de 7,3% em relação a 2024, mantendo-se como o principal tipo de demanda no e-SIC.

Os pedidos classificados como complexos representaram 7% do total em 2025 e registraram crescimento de 27% em relação ao ano anterior. Embora correspondam a uma parcela menor do volume total, esse aumento indica maior incidência de solicitações que demandam tratamento técnico mais detalhado.

Por outro lado, os pedidos classificados como fora do escopo apresentaram redução de 27%, passando de 10% para 7% do total. Esse resultado pode indicar maior adequação no uso do sistema, com melhor direcionamento das solicitações ao canal apropriado.

Ressalta-se que a classificação dos pedidos é realizada pela equipe da Controladoria Geral do Município (CGM), com base na análise individual de cada solicitação, podendo envolver avaliação técnica conforme as características do pedido.

Tabela 20: Classificação quanto à complexidade dos pedidos; total e percentual de pedidos

Complexidade	Total 2024	Total 2025	% do Total 2024	% do Total 2025	Varição 2024/2025 - %
Comum	6130	6582	84%	86%	7,30%
Complexo	454	562	6%	7%	27%
Fora do Escopo	739	541	10%	7%	-27%
Total	7.323	7.685			

RELATÓRIO ANUAL

LAI

2025

7

PERFIL DE USUÁRIOS
DO E-SIC

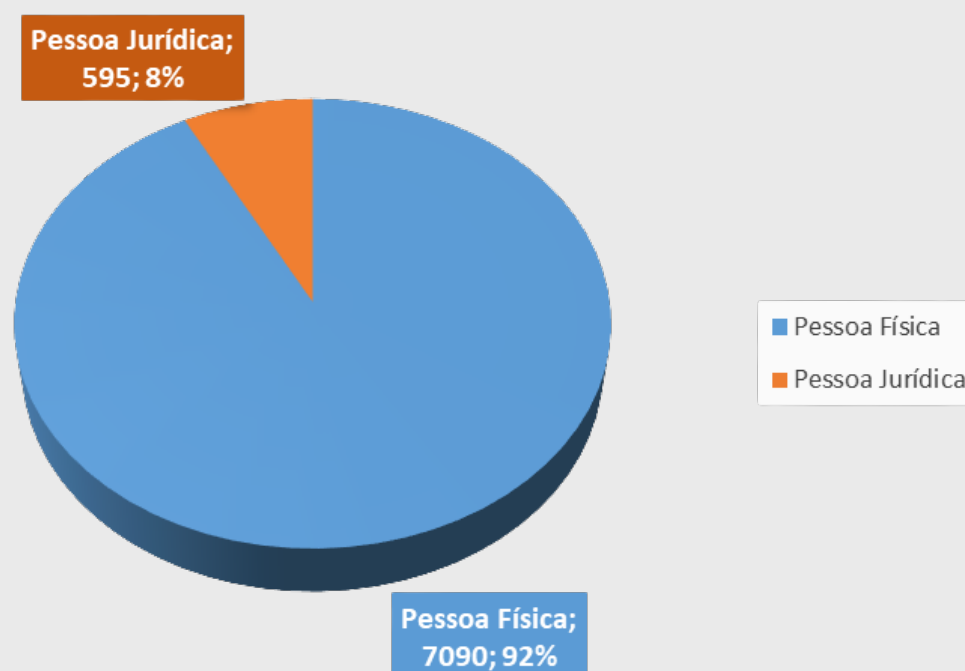
7.PERFIL DE USUÁRIOS DO E-SIC

No cadastro do e-SIC, além dos campos de nome completo, e-mail e senha, somente a natureza jurídica da pessoa solicitante é obrigatória. A informação do CNPJ é necessária para as pessoas jurídicas, mas as pessoas físicas têm a opção de não informar o CPF, caso não possuam.

O cadastro disponibiliza, no entanto, alguns campos opcionais que permitem traçar um perfil dos usuários do sistema, quais sejam: Data de nascimento; Sexo; Escolaridade; Profissão; CEP (e demais especificações de endereço).

7.1 Personalidade física ou jurídica

Gráfico 10: Percentual de pedidos por personalidade jurídica em 2025



7.2 Localização geográfica de solicitantes

A indicação do Código de Endereçamento Postal (CEP) não é obrigatória, mas apresenta uma taxa alta de preenchimento (88%) e permite identificar as regiões que original a maior concentração de pedidos de informação.

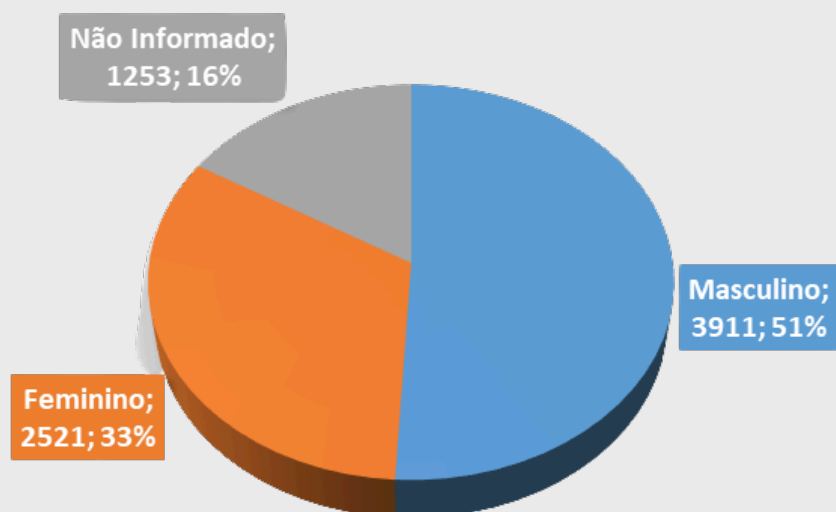
Tabela 21: Localização geográfica de solicitantes no e-SIC em 2025

Localização	Total de Pedidos em 2025	% do Total de Pedidos em 2025
São Paulo (Total)	5540	72,09%
SP Capital	4666	60,72%
SP Grande São Paulo	559	7,27%
SP Interior	260	3,38%
SP Litoral	55	0,72%
Minas Gerais	85	1,11%
Rio de Janeiro	83	1,08%
Distrito Federal	75	0,98%
Paraná	39	0,51%
Santa Catarina	38	0,49%
Goiás	38	0,49%
Rio Grande do Sul	33	0,43%
Pernambuco	16	0,21%
Ceará	10	0,13%
Pará	7	0,09%
Bahia	6	0,08%
Amazonas	6	0,08%
Espírito Santo	6	0,08%
Paraíba	5	0,07%
Mato Grosso do Sul	3	0,04%
Alagoas	3	0,04%
Sergipe	2	0,03%
Mato Grosso	1	0,01%
Piauí	1	0,01%
Rondônia	1	0,01%
Acre	1	0,01%
Não informado	1686	21,94%
Total	7685	100,00%

7.3 Sexo

Do total, 83,7% dos pedidos de acesso à informação em 2025 preencheram o campo “sexo” no cadastro, que tem as opções “masculino” e “feminino”.

Gráfico 11: Sexo informado dos solicitantes do e-SIC em 2025; Total e Percentual



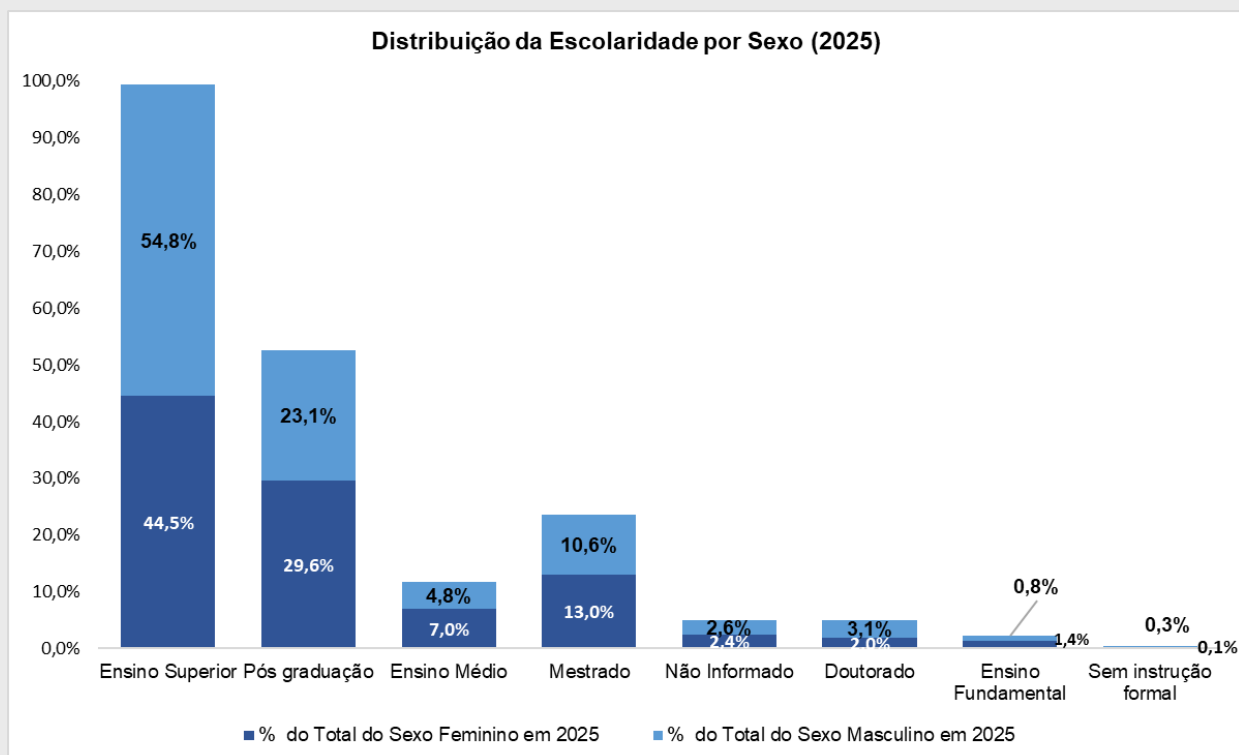
7.4 Escolaridade

Em 81,2% dos pedidos registrados em 2025 houve informação de Escolaridade. Observa-se um perfil de alta escolaridade entre os usuários, com 44,5% dos solicitantes informando possuir ensino superior e 29,6% que declaram ter algum tipo de pós-graduação, somando uma ampla maioria de 74,1%.

Tabela 22: Escolaridade informada dos solicitantes do e-SIC em 2025; Total e Percentual

Escolaridade	Total de Pedidos em 2025	% do Total de Pedidos em 2025
Ensino Superior	3276	42,6%
Pós graduação	1661	21,6%
Ensino Médio	365	4,7%
Mestrado	743	9,7%
Doutorado	173	2,3%
Ensino Fundamental	66	0,9%
Sem instrução formal	14	0,2%
Não Informado	1387	18,0%
Total	7685	100,0%

Gráfico 12: Percentual de pedidos por sexo/escolaridade em 2025



7.5 Ocupação Profissional

O campo de Ocupação Profissional também apresenta alto índice de preenchimento, com 81% de informação, embora a maior incidência seja a opção “Outra”, com 17,62%. Logo, aparece a ocupação “Setor Privado” (14,26%), seguida por “Estudante” e “Pesquisador” (10,12% e 7,07%), corroborando os níveis de escolaridade, informados acima.

O recurso de pesquisadores e estudantes à LAI (somados, são quase um quarto dos solicitantes no município, com 17,19%) confirma sua importância como provedora de informações relevantes à pesquisa, mas também ratifica sua estratificação. O e-SIC ainda não atinge camadas menos escolarizadas da sociedade, que também poderiam ter interesses contemplados pela informação pública.

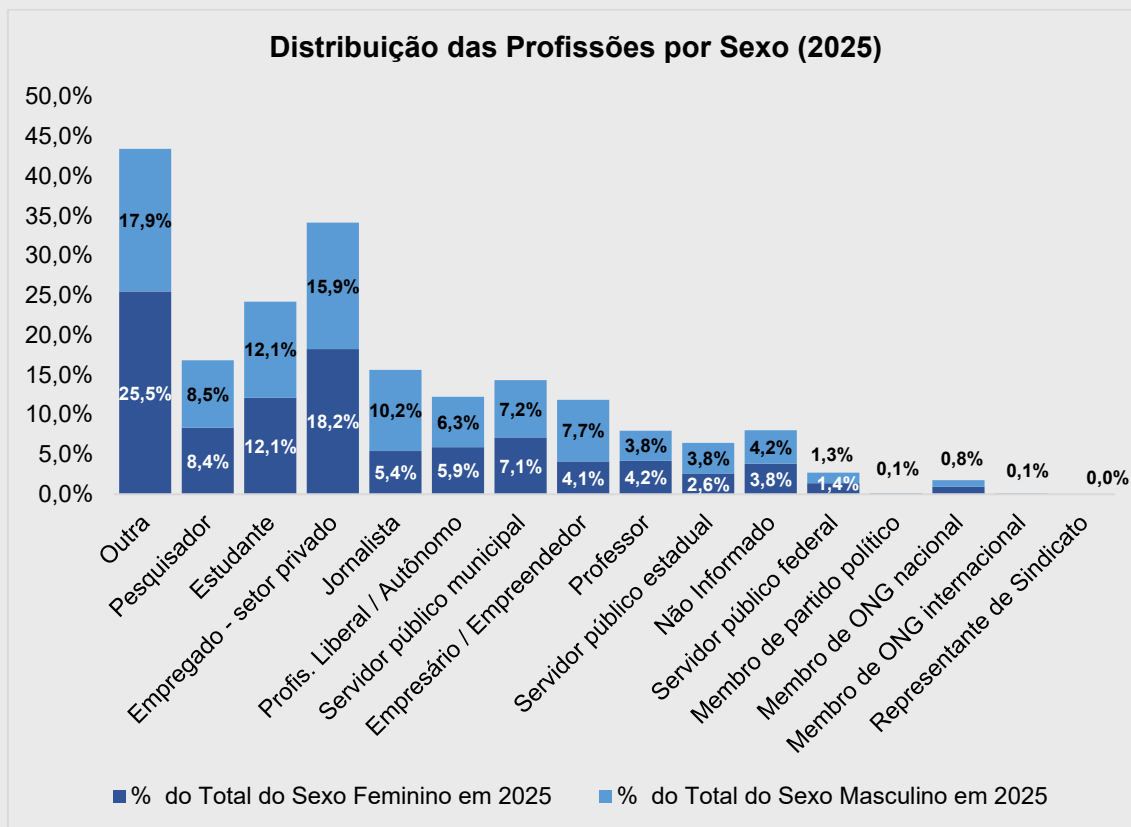
A ocupação “Jornalista”, especificamente, aparece na quinta posição, com 6,97%.

Tabela 23: Total e percentual de pedidos por Ocupação Profissional em 2025

Profissão	Total de Pedidos em 2025	% do Total de Pedidos em 2025
Não Informado	1487	19,35%
Outra	1354	17,62%
Empregado - setor privado	1096	14,26%
Estudante	778	10,12%
Pesquisador	543	7,07%
Jornalista	536	6,97%
Servidor público municipal	462	6,01%
Empresário / Empreendedor	407	5,30%
Profis. Liberal / Autônomo	397	5,17%
Professor	254	3,31%
Servidor público estadual	218	2,84%
Servidor público federal	87	1,13%
Membro de ONG nacional	56	0,73%
Membro de partido político	6	0,08%
Membro de ONG internacional	3	0,04%
Representante de Sindicato	1	0,01%
Total	7685	100,00%

No gráfico abaixo, chamam a atenção algumas relações em particular, como a grande predominância de Pesquisadoras (21,9% vs 9,5%), mas prevalência quase absoluta de solicitantes do sexo masculino nos casos de “Servidor Público Federal”, “Membro de partido político” e “Membro de ONG nacional”.

Gráfico 14: Distribuição da Ocupação Profissional por sexo em 2025



RELATÓRIO ANUAL

LAI

2025

8

INFORMAÇÕES CLASSIFICADAS
E DESCLASSIFICADAS

8. INFORMAÇÕES CLASSIFICADAS E DESCLASSIFICADAS

De acordo com o art. 30 do Decreto Municipal nº 53.623/2012, que regulamenta a LAI no âmbito do Executivo Municipal, são passíveis de classificação as informações consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado. Essas informações devem ser classificadas como “reservada”, “secreta” ou “ultrassecreta”, o que define seus prazos máximos de restrição ao acesso em 05, 15 ou 25 anos, respectivamente. O Decreto prevê, ainda, que a classificação da informação com base no grau do seu sigilo poderá decorrer da apresentação de pedido de acesso à informação (art. 77).

Desde a publicação do Decreto Municipal nº 56.519/2015, a classificação das informações, em qualquer grau de sigilo, é competência exclusiva da Comissão Municipal de Acesso à Informação (CMAI), também por meio de Termo de Classificação. Cabe à CMAI rever, quando provocada, ou de ofício, conforme o art. 40, inciso II do Decreto Municipal nº 53.623/2012, a classificação de informações ultrassecretas ou secretas, de modo que a revisão de ofício deve ocorrer em até quatro anos da data da classificação. Além disso, a CMAI pode prorrogar, uma única vez e por período determinado, não superior a 25 anos, o prazo de sigilo de informação ultrassecreta, mediante justificativa.

No decorrer do ano de 2025, houve apenas uma desclassificação de sigilo de informações pela CMAI do Termo de Classificação nº 01 da SEHAB sobre “Imóveis ocupados e ocupações em entroncamentos e vias arteriais/marginais, que serão objeto de desocupação com base nas metas 10.1 e 10.2 do Programa de Metas da Prefeitura Municipal”.

Seguem abaixo os Termos de Classificação atualmente vigentes:

TERMO N°	01 / SMADS
ÓRGÃO/ENTIDADE	SMADS – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
ASSUNTO DA INFORMAÇÃO	Localização de serviço de acolhimento institucional de crianças e adolescentes – vítimas de abandono, negligência, violência, exploração ou por decisão judicial de destituição temporária ou permanente do poder familiar
TIPO DE DOCUMENTO	Excel – tabela de serviços conveniados
DATA DE CLASSIFICAÇÃO	30/04/2020*
FUNDAMENTO	Conforme art. 23, inciso III da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e art. 30, inciso IV do Decreto Municipal nº 53.623/2012.

RAZÃO DA CLASSIFICAÇÃO	Segundo a Lei Federal nº 12.010, de 3 de agosto de 2009 o referido serviço é uma unidade de prestação de serviço de proteção e acolhimento de crianças e adolescentes vítimas de violência, maus tratos, exploração, abandono, e outras situações de risco pessoal. Assim, a divulgação pública de sua localização poderá colocar a vida de seus moradores em risco.
GRAU DO SIGILO E PRAZO DA RESTRIÇÃO DE ACESSO	Ultrassegredo – 25 (vinte e cinco) anos (art. 33, III, Decreto Municipal nº 53.623/2012) ou após consumado o evento correspondente a 03 anos do encerramento da utilização do imóvel como unidade de acolhimento.

TERMO Nº	02 / SMADS
ÓRGÃO/ENTIDADE	SMADS – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
ASSUNTO DA INFORMAÇÃO	Localização de Serviço de Acolhimento Institucional de Vítimas de Violência – Vítimas de abandono, negligência, exploração violência sexual, ou por decisão judicial medida protetiva.
TIPO DE DOCUMENTO	Excel – tabela de serviços conveniados
DATA DE CLASSIFICAÇÃO	30/04/2020*
FUNDAMENTO	Conforme art. 23, inciso III da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e art. 30, inciso IV do Decreto Municipal nº 53.623/2012.
RAZÃO DA CLASSIFICAÇÃO	O referido serviço é uma unidade de prestação de serviço de proteção e acolhimento de vítimas de violência, maus tratos, exploração, abuso, violência física, psicológica ou sexual, entre outras situações de risco pessoa. Assim, a divulgação pública de sua localização poderá colocar a vida de seus moradores em risco.
GRAU DO SIGILO E PRAZO DA RESTRIÇÃO DE ACESSO	Ultrassegredo – 25 (vinte e cinco) anos (art. 33, inciso III do Decreto Municipal nº 53.623/2012) ou após consumado o evento correspondente a 3 anos do encerramento da utilização do imóvel como unidade de acolhimento.

RELATÓRIO ANUAL

LAI

2025

9

TRANSPARÊNCIA
ATIVA

9. TRANSPARÊNCIA ATIVA

Em 2025, a Divisão de Transparência Ativa e Dados Abertos deu continuidade aos avanços estruturais implementados em 2024, com foco no aprimoramento dos mecanismos de Transparência Ativa e Dados Abertos.

Como resultado dessa atuação, o Município de São Paulo alcançou:

- **1º lugar no Ranking de Transparência e Governança Pública**, atingindo a marca de 76,3 pontos. Com essa pontuação, a gestão foi classificada no nível “Bom”. A avaliação, que abrange os municípios do Consórcio CIOESTE, utiliza metodologia e apoio técnico da [Transparência Internacional – Brasil](#).
- **70,10% no Índice de Transparência**, correspondendo ao nível Intermediário de Transparência, do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP). A avaliação é conduzida pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

Esses resultados evidenciam o fortalecimento das políticas de transparência ativa e governança pública no município.

9.1 Portais Institucionais:

Os portais são instrumentos essenciais para a efetivação da transparência pública, em conformidade com a Lei de Acesso à Informação.

O Portal da Transparência, criado em 2012, tem como objetivo disponibilizar informações sobre a gestão pública, com destaque para dados e informações sobre receitas e despesas; contratos, convênios e termos congêneres relacionados às modalidades de contratações públicas, além de informações sobre remuneração dos servidores da administração direta e indireta.

A plataforma também disponibiliza informações sobre indicadores como o Indicador de Transparência Ativa (ITA) e o Indicador de Dados Abertos (IDA). Além disso, reúne relatórios anuais de acesso à informação; Instruções sobre o Serviço de Informação ao Cidadão – SIC; e as competências Comissão Municipal de Acesso à Informação (CMAI), elementos essenciais para a promoção da transparência e o fortalecimento da democracia.

Já o Portal de Dados Abertos, lançado em 2015, disponibiliza bases de dados em formatos abertos e reutilizáveis. O objetivo é permitir que qualquer pessoa possa acessar e usar esses dados para promover o controle social, desenvolver pesquisas, fomentar a inovação e criar soluções baseadas em informações públicas e controle social;

Ao longo de 2025, os portais passaram por um processo contínuo de aprimoramento, voltado ao aperfeiçoamento da experiência do usuário, à otimização do desempenho das plataformas e ao alinhamento com as novas demandas informacionais da sociedade. As iniciativas contemplaram a

reestruturação de funcionalidades, melhorias na organização dos dados e revisão dos conteúdos disponibilizados, com a finalidade de garantir maior clareza, acessibilidade e eficiência no acesso às informações públicas.

9.1.1 Portal da Transparência:

No período de 2013 a 2025, evidencia uma tendência geral de crescimento no acesso e uso da plataforma, indicando o fortalecimento das políticas de transparência ativa no Município. No que se refere aos visitantes únicos, observa-se uma evolução significativa ao longo dos anos, passando de **79.122** em 2013 para **587.857** em 2025 o maior valor da série histórica. Destaca-se, especialmente, o crescimento a partir de 2020, com aumento expressivo em 2021 e manutenção de trajetória ascendente até 2025, o que demonstra a ampliação do alcance do portal junto à sociedade.

De forma geral, os dados demonstram que o Portal da Transparência tem se consolidado como importante instrumento de acesso à informação, com aumento contínuo de usuários, acessos e nível de interação. O desempenho observado em 2025, com recorde em todos os indicadores, reforça o impacto positivo das melhorias implementadas na plataforma e o crescente interesse da sociedade pelas informações públicas.

9.1.2 Portal de Dados Abertos:

No Portal de Dados Abertos apresentou crescimento expressivo ao longo dos anos, a partir de 2020, consolidando-se como uma importante ferramenta de acesso, transparência e reutilização das informações públicas. O número de visitantes únicos passou de 532 para mais de 1,3 milhão, enquanto as visitas alcançaram mais de 2,1 milhões em 2025. No total, o portal acumulou mais de 4,7 milhões de usuários, 9,5 milhões de visitas e cerca de 173 milhões de páginas acessadas, evidenciando o aumento do uso e da interação com os dados públicos.

Esse avanço foi acompanhado por melhorias tecnológicas e pelo fortalecimento normativo, com destaque para o Decreto Municipal nº 63.463/2024, que regulamenta o Catálogo Municipal de Bases de Dados (CMBD), e a criação dos Planos Setoriais de Transparência Ativa e Dados (PSTDA), impactando diretamente os acessos ao Portal de Dados Abertos.

Tabela 24. Visitas ao Portal de Transparência e ao Portal de Dados Abertos entre 2016 e 2025

Ano	Nº de Visitas Portal da Transparência	Nº de Visitas - Portal de Dados Abertos	Total de Visitas
2016	190.721	25.757	216.478
2017	432.119	108.254	540.373
2018	381.462	288.323	669.785
2019	418.746	477.678	896.424
2020	453.431	773.384	1.226.815
2021	508.729	628.793	1.137.522
2022	596.585	1.419.057	2.015.642
2023	643.507	2.060.725	2.704.232
2024	707.960	1.584.508	2.292.468
2025	909.338	2.134.259	3.043.597
TOTAL	5.242.598	9.500.738	14.743.336

Tabela 25. Visitantes únicos, Número de visitas e Páginas visitadas do Portal de Transparência - 2013 a 2025

Ano	Visitantes Únicos	Número de Visitas	Páginas Visitadas
2013	79.122	146.405	2.607.839
2014	135.195	192.407	3.268.225
2015	108.681	185.200	2.909.099
2016	127.106	190.721	3.222.690
2017	169.621	432.119	4.830.474
2018	179.973	381.462	5.789.267
2019	184.833	418.746	7.921.016
2020	230.029	453.431	4.794.054
2021	364.177	508.729	5.114.653
2022	448.171	596.585	5.165.510
2023	464.910	643.507	5.837.497
2024	516.298	707.960	5.674.776
2025	587.857	909.338	9.339.571
TOTAL	3.595.973	5.766.610	66.474.671

Tabela 26. Visitantes únicos, Número de visitas e páginas visitadas do Portal de Dados Abertos - 2015 a 2025

Ano	Visitantes Únicos	Número de Visitas	Páginas Visitadas
2015	532	854	29.942
2016	18.308	25.757	320.195
2017	73.742	108.254	1.042.916
2018	207.665	288.323	2.331.807
2019	345.420	477.678	3.817.376
2020	467.316	773.384	6.421.456
2021	505.639	628.793	5.114.836

2022	603.195	1.419.057	10.376.541
2023	631.424	2.060.725	32.937.186
2024	567.632	1.584.508	60.667.692
2025	1.325.066	2.134.259	50.593.286
TOTAL	4.745.939	9.501.592	173.653.233

9.2 Fortalecimento Normativo e Diretrizes Institucionais

A Política Municipal de Dados Abertos e Transparência Ativa foi instituída no Município de São Paulo por meio da Lei Municipal nº 17.901/2023, a qual estabelece diretrizes, princípios e objetivos para a consolidação da política de dados abertos no âmbito da Administração Pública Municipal, especialmente no Poder Executivo.

A regulamentação dessa política ocorreu por meio do Decreto Municipal nº 63.463/2024, que, além de disciplinar sua implementação, instituiu instrumentos fundamentais para sua operacionalização, como o **Catálogo Municipal de Bases de Dados (CMBD)**. O CMBD tem como finalidade organizar, estruturar e dar transparência às bases de dados produzidas pelos órgãos e entidades municipais, constituindo-se como elemento central para a gestão e abertura de dados no município.

O referido decreto também institui os Planos Setoriais de Transparência e Dados Abertos (PSTDA), alinhando-se às boas práticas recomendadas por órgãos de controle e pela sociedade civil, e define diretrizes fundamentais, tais como:

- Publicação proativa de dados em formato aberto;
- Capacitação de servidores;
- Uso de tecnologias livres;
- Estímulo à participação social;
- Estabelecimento de prazos e responsabilidades para a disponibilização de informações.

Adicionalmente, houve o fortalecimento da política de Governança e Integridade por meio do Decreto Municipal nº 64.418/2025, com a consolidação dos indicadores de Transparência Ativa (ITA) e do Indicador de Dados Abertos (IDA), regulamentados pela Instrução Normativa CGM nº 2/2025.

Em 2025 a Divisão de Transparência Ativa e Dados Abertos participou dos Grupos de Trabalho sobre transparência da Rede Nacional de Transparência e Acesso à Informação (RedeLAI). Fomento, fortalecendo e ampliando a transparência municipal em nível nacional.

9.3 Capacitações para Pontos Focais - Transparência Ativa

Ao longo de 2025 foram realizadas capacitações para formação dos pontos focais de todas as pastas da PMSP que atuam com a pauta da transparência

ativa, especialmente nas temáticas avaliadas nos Indicadores do Índice de Governança e Integridade.

1. **“Capacitação - Catálogo Municipal de Base de Dados”**: duas turmas realizadas em abril.
2. **“Capacitação - Indicador de Transparência Ativa”**: oito turmas realizadas em maio e outubro, gravação disponibilizada na Plataforma CFCI EaD para formação de novos pontos focais.
3. **“Capacitação - Indicador de Dados Abertos”**: quatro turmas realizadas em outubro, gravação disponibilizada na Plataforma CFCI EaD para formação de novos pontos focais.

Tabela 28 - Número de Aprovados por turma das Capacitações para Pontos Focais - Transparência Ativa

Capacitação	Mês / nº de turmas	Aprovados
Catálogo Municipal de Base de Dados	Abril - 2 turmas	110
Indicador de Transparência Ativa	Maio - 4 turmas	129
	Outubro - 4 turmas	101

RELATÓRIO ANUAL

LAI

2025

10

ATIVIDADES ENVOLVENDO
PÚBLICO EXTERNO
E INTERNO

10. ATIVIDADES ENVOLVENDO PÚBLICO EXTERNO E INTERNO

10.1 Cursos

A CGM expandiu sua oferta de capacitações com a inclusão de novos cursos assíncronos sobre a temática na Plataforma CFCI EaD, permitindo ampliar o alcance geográfico e adaptar-se às necessidades dos participantes, consolidando uma estratégia multimodal de capacitação.

1. **“Lei de Acesso à Informação – Ferramenta do Controle Social”**: Curso assíncrono, disponibilizado na Plataforma CFCI EaD formulado para capacitar cidadãos e agentes públicos sobre o uso da Lei de Acesso à Informação (LAI) e promover a transparência e o controle social.

Foram realizadas 5 turmas no ano de 2025, e em setembro o curso passa a ser disponibilizado de maneira livre, podendo ser realizado a qualquer tempo.

2. **“Gestão da Informação e Abertura de Dados Públicos”**: Curso assíncrono, disponibilizado na Plataforma CFCI EaD com o objetivo de apresentar métodos e procedimentos mais eficientes para a Gestão de Dados, além de promover a transparência ativa de informações públicas municipais.

Foram realizadas 5 turmas no ano de 2025, e em setembro o curso passa a ser disponibilizado de maneira livre, podendo ser realizado a qualquer tempo.

3. **“Pedidos de Informação: Ferramenta de Cidadania”**: Curso assíncrono, disponibilizado na Plataforma CFCI EaD visando a capacitação de todos na correta execução de um pedido de acesso à informação.

O curso foi lançado em julho já de maneira livre, podendo ser realizado a qualquer tempo.

Tabela 27 - Número de Aprovados por mês nas Capacitações para Agentes Públicos e Sociedade Civil

Curso	Fev	Mar	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Lei de Acesso à Informação – Ferramenta do Controle Social	66	46	25	64	24	35	39	42
Gestão da Informação e Abertura de Dados Públicos	73	35	26	63	35	47	37	44
Pedidos de Informação: Ferramenta de Cidadania	-	-	-	-	50	109	89	97
Total de aprovados	139	81	51	127	109	191	165	183

10.2 Programa Agentes de Governo Aberto – 8ª edição (ciclo 2025)

Iniciado em 2015, o Programa Agentes de Governo Aberto objetiva oferecer à população uma série de oficinas, gratuitas e certificadas, que capacita e engaja os munícipes na pauta de Governo Aberto e seus pilares, quais sejam: transparência, participação social, inovação e prestação de contas.

As oficinas de caráter teórico-prático são ofertadas por pessoas físicas que possuem conhecimento nas temáticas propostas e desejam ensiná-las. Elas são contratadas como Agentes de Governo Aberto, por meio de editais de credenciamento, passam por uma banca avaliadora e recebem uma remuneração (bolsa) como contraprestação pela aplicação das oficinas.

Ao longo dos anos, o Programa já capacitou mais de 65 mil pessoas, sendo premiado no Fórum de Inovação Social no Setor Público e reconhecido como prática governamental replicável pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e pelo Observatório Internacional da Democracia Participativa (OIDP).

Em sua 8ª edição, o Programa Agentes de Governo Aberto promoveu atividades formativas voltadas à disseminação de conhecimentos e práticas relacionadas a governo aberto, com enfoque em transparência, participação social, integridade e inovação na gestão pública — valores convergentes com os fundamentos da Lei de Acesso à Informação.

O edital foi estruturado em nove categorias temáticas, incluindo: governo aberto; orçamento público e cidadania; instrumentos de planejamento urbano; saúde e assistência social; gestão municipal; segurança urbana e outras áreas diretamente ligadas à atuação cidadã e ao controle social.

Em 2025, foram contratados 34 Agentes de Governo Aberto, responsáveis pela realização de 276 oficinas, com um total de 5.977 participações da população. As oficinas foram oferecidas em formato presencial e online, com ampla abrangência territorial na cidade de São Paulo.

Apenas a categoria “Governo Aberto”, que engloba práticas e ferramentas de transparência, integridade, inovação e participação, contou com 32 oficinas e 851 participações, nos temas descritos na tabela a seguir¹:

Tabela 28 – Número de Oficinas do Programa Governo Aberto em 2025

Oficina	Quantidade de Oficinas	Público Presente
Design Thinking e Participação Cidadã - Cocriação para o Bem Comum	11	214
Transparência e Gestão de Dados para Servidores Públicos: Direitos, Deveres e Responsabilidades	8	362
Governo Aberto e Informação na Prática	2	9
Cidade Digital e Espaço Público	11	266
Total	32	851

As atividades desenvolvidas no âmbito do Programa contribuíram para aproximar a população dos instrumentos de acesso à informação, estimular o uso de dados públicos e fortalecer o engajamento cidadão na formulação e no monitoramento das políticas públicas.

10.3 Estudantes em Ação – 3ª edição (2025)

A terceira edição do Projeto Estudantes em Ação, realizada em 2025 pela Controladoria Geral do Município em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, consolidou-se como uma iniciativa estratégica de formação cidadã no ambiente escolar.

O Projeto reconhece e incentiva práticas desenvolvidas por estudantes, professores e escolas da rede municipal, voltadas à identificação e à solução de desafios cotidianos, com ênfase na responsabilidade cidadã, na participação social e no acompanhamento das políticas públicas.

Inspirado na metodologia da Controladoria-Geral do Estado de Goiás, em sua última edição, o Projeto envolveu 54 escolas, abrangendo todas as 13 Diretorias Regionais de Educação, com a participação de 107 professores e cerca de 2.300 estudantes.

As ações foram estruturadas em quatro etapas:

- Capacitação de professores orientadores, com foco em instruir sobre as atividades do Projeto;
- Tarefa especial sobre “Jogos de Azar: Riscos e Consequências”, com oficinas e campanhas escolares;
- Auditoria cívica, com levantamento de informações sobre a percepção do ambiente e das ações da escola, por meio do preenchimento de 14 formulários;
- Desafio final, com desenvolvimento de iniciativas ligadas a temas como voluntariado, transparência, educação fiscal e melhoria do ambiente escolar.

Ao final do ciclo, 10 escolas foram premiadas, totalizando R\$ 144 mil em recursos destinados às unidades escolares e aos grêmios estudantis, em reconhecimento ao protagonismo estudantil e ao impacto das iniciativas implementadas.

Por meio do Projeto Estudantes em Ação, a CGM reforça seu compromisso com a educação para a cidadania ativa, ampliando espaços de diálogo, escuta e construção coletiva com as juventudes.